

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGANT

TANIA MARIA SORDI

**GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO
FEMINICÍDIO POLÍTICO DE DORCELINA FOLADOR**

Dourados-MS

2026

TANIA MARIA SORDI

**GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO
FEMINICÍDIO POLÍTICO DE DORCELINA FOLADOR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Faculdade de Ciências Humanas, como parte dos pré requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim

Dourados-MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S713g Sordi, Tania Maria
Gênero, Poder e Violência: Uma Análise Antropológica do Feminicídio Político de Dorcelina Folador [recurso eletrônico] / Tania Maria Sordi. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Anna Carolina Horstmann Amorim.
Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Violência Política de Gênero. 2. Necropolítica. 3. Dorcelina Folador. 4. Etnografia de Arquivo. I. Amorim, Ama Carolina Horstmann. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Pós-Graduação



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR TANIA MARIA SORDI, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ANTROPOLOGIA".

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO FEMINICÍDIO POLÍTICO DE DORCELINA FOLADOR"**, apresentada pela mestranda Tania Maria Sordi, do Programa de Pós-graduação em Antropologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Anna Carolina Horstmann Amorim/UEMS (presidente/orientadora), Prof.^a Jainara Gomes de Oliveira (membro titular interno), Prof.^a Dr.^a Ana Paula Garcia Boscatti/UFPB (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada **Aprovada**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 17 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA PAULA GARCIA BOSCATTI
Data: 17/03/2026 16:12:30-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Anna Carolina Horstmann Amorim
Presidente/orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br JAINARA GOMES DE OLIVEIRA
Data: 17/03/2026 16:22:42-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Jainara Gomes de Oliveira
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM
Data: 17/03/2026 16:10:08-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Garcia Boscatti
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPG)

ATA HOMOLOGADA PELO(A) PRÓ-REITOR(A) DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFGD
PROPG/UFGD

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma travessia intelectual, política e afetiva. Nenhuma pesquisa que enfrenta o silêncio, a violência e a memória é construída de forma solitária. Por isso, registro aqui minha profunda gratidão.

À Universidade Federal da Grande Dourados e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, pelo espaço de formação e pelas oportunidades de crescimento intelectual.

À minha orientadora, Professora Dra. Anna Carolina Horstmann, pela escuta generosa, pela confiança e pela liberdade intelectual concedida ao longo deste percurso, sua presença foi fundamental para que esta pesquisa encontrasse rigor e coragem.

À banca examinadora, composta pela Professora Dra. Jainara Gomes de Oliveira e a Professora Dra. Ana Paula Garcia Boscatti, pela leitura atenta e pelas contribuições que ampliam e qualificam este trabalho.

Aos interlocutores e interlocutoras desta pesquisa, que, mesmo em contexto de medo e silêncio, confiaram suas memórias e reflexões. O anonimato preserva seus nomes, mas não diminui sua importância. Este trabalho também é de vocês.

À comunidade de Mundo Novo/MS, que mantém viva a memória e a resistência.

Às mulheres que ocupam espaços de poder e enfrentam estruturas hostis, inspirando esta investigação.

À minha família e às pessoas que caminharam ao meu lado, oferecendo apoio, paciência e afeto nos momentos mais desafiadores.

À memória de Dorcelina Folador, cuja trajetória de vida e luta inspira não apenas estas páginas, mas a busca contínua por uma sociedade mais justa. Agradeço imensamente à sua família, em especial a Jéssica Folador, por manter viva a chama da memória contra as tentativas de apagamento institucional.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

Esta dissertação investiga o feminicídio político como expressão máxima de estruturas de poder entrelaçadas em Mundo Novo/MS, analisando o caso do assassinato, em 30 de outubro de 1999, da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador. A pesquisa é guiada pela Antropologia Política, Estudos de Gênero e Teoria Decolonial, compreendendo a violência não como evento isolado, mas como um fenômeno social ritualizado, marcado por poderes informais e persistente impunidade. O trabalho fundamenta-se na categoria de gênero como desigualdade de estruturas de poder (PERROT, 1990), onde o silenciamento e a exclusão da mulher do espaço público são pilares da manutenção da soberania masculina. Adota-se a metodologia etnográfica, baseada na etnografia de arquivo (PEIRANO, 2006) e na triangulação de arquivos midiáticos, documentos judiciais e narrativas de memória colhidas junto a interlocutores locais, que vivenciaram e acompanharam a trajetória de Dorcelina Folador. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com quatro interlocutores que moravam na cidade à época do acontecimento, cujas identidades foram preservadas devido à persistência do sistema de pistolagem na região. Os dados desse feminicídio foram interpretados através da Descrição Densa (GEERTZ, 1978), articulando os conceitos de Necropolítica (MBEMBE, 2018), Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005) e Patriarcado de Alta Intensidade (SEGATO, 2021). A análise demonstra que o assassinato de Dorcelina Folador, ativista do MST e mulher no poder, funcionou simultaneamente como uma Lição Pública de Gênero (SEGATO, 2016) e um Ato de Soberania Paralela, visando a recolonização do Corpo-Território Político que desafiava a ordem patriarcal-oligárquica. Conclui-se que o feminicídio político é um mecanismo de preservação dessa ordem social profundamente arraigada. Contudo, a mobilização em torno da memória de Dorcelina desafiou a condição de não enlutabilidade (BUTLER, 2011) e a pedagogia da crueldade (SEGATO, 2018), transformando o luto coletivo em um contra-discurso que reverteu o objetivo necropolítico de apagamento, garantindo que sua trajetória persista como símbolo de resistência na fronteira.

Palavras-chave: Violência Política de Gênero; Necropolítica; Dorcelina Folador; Etnografia de Arquivo.

ABSTRACT

This thesis investigates political femicide as the ultimate expression of intertwined power structures in Mundo Novo/MS, analyzing the case of the murder of Mayor Dorcelina de Oliveira Folador on October 30, 1999. Guided by Political Anthropology, Gender Studies, and Decolonial Theory, the research understands violence not as an isolated event, but as a ritualized social phenomenon marked by informal powers and persistent impunity. The work is grounded in the category of gender as an inequality of power structures (PERROT, 1990), where the silencing and exclusion of women from the public sphere are pillars for maintaining male sovereignty. An ethnographic methodology is adopted, based on archival ethnography (PEIRANO, 2006) and the triangulation of media archives, judicial documents, and memory narratives collected from local interlocutors who experienced and followed Dorcelina Folador's trajectory. Semi-structured interviews were conducted with four interlocutors living in the city at the time of the event; their identities were preserved due to the persistence of the *pistolagem* (hired killings) system in the region. Data regarding this femicide were interpreted through Thick Description (GEERTZ, 1978), articulating the concepts of Necropolitics (MBEMBE, 2018), Coloniality of Power (QUIJANO, 2005), and High-Intensity Patriarchy (SEGATO, 2021). The analysis demonstrates that the assassination of Dorcelina Folador—an MST activist and woman in power—functioned simultaneously as a Public Gender Lesson (SEGATO, 2016) and an Act of Parallel Sovereignty, aiming at the recolonization of the Political Body-Territory that challenged the patriarchal-oligarchic order. The study concludes that political femicide is a mechanism for preserving this deeply rooted social order. However, the mobilization around Dorcelina's memory challenged the condition of ungrievability (BUTLER, 2011) and the pedagogy of cruelty (SEGATO, 2018), transforming collective mourning into a counter-discourse that reversed the necropolitical goal of erasure, ensuring her legacy persists as a symbol of resistance on the border.

Keywords: Political Gender Violence; Necropolitics; Dorcelina Folador; Archival Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dorcelina no milharal de sua casa -1996.....	18
Figura 2 - Dorcelina na militância set./1996.....	28
Figura 3 - Dorcelina Folador - Reportagem/1996.....	32
Figura 4 - Cidade de Mundo Novo/MS 1970.....	35
Figura 5 - Dorcelina com sua filha Jéssica Folador.....	42
Figura 6 - Marçal de Souza - Conselho Indigenista/ 1990.....	69
Figura 7 - Sepultamento de Dorcelina Folador Novembro de 1999.....	73
Figura 8 - Centro De Convivência Dorcelina Folador- Dourados/MS.....	73
Figura 9 - Acampamento de luta por reforma agrária.....	75
Figura 10- Bandeira do Movimento dos Trabalhadores sem Terra.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIP- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

AMPDF- Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

JST- Jornal dos Sem Terra

JUMAC- Juventude Mensageira do Amor Cristão

MGR - Microrregião Geográfica

MS - Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido de Mobilização Nacional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PPGANT/UFGD – Programa de Pós-Graduação em antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados

PROVE- Programa de Verticalização da Produção Agropecuária

PSDB- Partido Social da Democracia Brasileira

PT - O Partido dos Trabalhadores

RJ- Rio de Janeiro

TRE-MS - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1- A TRAJETÓRIA DE DORCELINA FOLADOR E O CONTEXTO DE MUNDO NOVO/MS- UMA ETNOGRAFIA DE ARQUIVOS.....	26
1.1. A Voz da Ruptura: Trajetória Biográfica e Ascensão Política de Dorcelina Folador.	26
1.2 A Gestão Inclusiva (1997-1999): Políticas de Inclusão, Transparência e Confronto com o Status Quo.....	28
1.3. Mundo Novo/MS: Um Território de Fronteira e a Gênese do Poder Oligárquico.....	34
1.4. O Feminicídio Político e a Reafirmação Imediata da Ordem Patriarcal.....	37
1.5. Recontratação do Mandante do Crime.....	42
1.6. A Resistência de Jéssica Folador e a Violência Geracional.....	43
1.7. O Conflito Estrutural: A Banalização Legalizada e a Resistência da Memória.....	44
CAPÍTULO 2 – MARCO TEÓRICO.....	47
2.1. A Relação Tradicional com o Estado: Sociedades “Com” e “Sem” Estado.....	48
2.2. Antropologia Jurídica: A Impunidade como Agente e a Lei em Ação.....	48
2.3. O Estado de Exceção Local e a Impunidade como Prática.....	49
2.4. A Dimensão Simbólica da Violência: O Ato como Texto de Poder.....	50
2.5. Conceituação de Gênero: Da Construção Social à Performatividade.....	51
2.6. Violência de Gênero: Da Ação Individual à Estratégia Política.....	51
2.7. A Lógica de Dominação de Gênero: O Patriarcado em Perspectiva Histórica e Crítica	52
2.8. A Teoria Decolonial e o Exercício Soberano da Morte.....	55
2.9. Considerações Finais do Capítulo: A Lente Analítica Integrada.....	58
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	59
3.1. A Etnografia Dos Arquivos Silenciosos.....	59
3.2. A Descrição Densa dos Textos do Crime.....	60
3.3. O Campo Fixado: Etnografia de Arquivo e Rastreamento de Narrativas.....	60
3.4. O corpus Documental e a Etnografia Multissituada: Arquivos e Contra-Arquivos....	61
3.5. O Contra-Arquivo da Memória Viva: Interlocutores Anônimos.....	62
3.6. Procedimentos Éticos: O Anonimato Como Salvaguarda em Zona de Medo.....	62
3.7. Análise: A Aplicação do Conceito de Feminicídio Político.....	63
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO FEMINICÍDIO DE DORCELINA FOLADOR.....	65
4.1. A Matriz Do Poder Informal: O Feminicídio Político Como Tecnologia de Poder....	65
4.2. O Contra-Discurso da Comunidade: Afirmando o Luto Político.....	66
4.3. O Segundo Ataque: Violência Simbólica e a Batalha pelo Significado.....	67
4.4. Impunidade como Mecanismo de Colonialidade: O Paralelo Histórico com Marçal de Souza.....	68
4.5. O Crime Como Texto e Comunicação: Decodificando a Mensagem Necropolítica... 70	
4.6. Conclusão da Análise: O Poder Duradouro da Memória Coletiva (Corpo-Território)...	71

4.7. A Resposta Comunitária: O Luto Coletivo Como Contra-Discurso Performativo.....	72
4.8. O Luto Massivo e a Afirmação do Legado (O Arquivo da Memória Viva).....	72
4.9. Vozes da Colonialidade e o Trauma da Fronteira.....	74
4.10. A Etnografia do Invisível: O Medo como Dado Empírico.....	74
4.11. A Encarnação da Luta: O Gabinete como Extensão do Barraco.....	75
4.12. Leitura Contínua: O Ato de Lembrar Como Resistência no Presente.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
O Feminicídio Político como Fronteira da Democracia Brasileira.....	77
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

A paisagem política brasileira é permeada por atos de violência que transcendem a mera disputa partidária, evidenciando a complexidade de um sistema de poder historicamente enraizado em estruturas patriarcais e excludentes. A violência política de gênero, que atinge especificamente mulheres em espaços de poder e militância, manifesta-se como um sintoma revelador das assimetrias sociopolíticas brasileiras. Ocupantes femininas da arena política enfrentam uma teia entrelaçada de posições de gênero, raça e classe, na qual o patriarcado estrutural como analisado por (SEGATO, 2018) delimita e regula suas possibilidades de atuação pública.

Assim, mesmo diante de avanços pontuais, a sub-representação feminina em cargos de decisão persiste. Isso prova que medidas legislativas, como a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), que exige um mínimo de 30% de mulheres nas chapas eleitorais são insuficientes para desarticular as barreiras institucionais e culturais que mantêm as mulheres fora do poder (OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO, 2020).

Para Segato (2018), o patriarcado funciona como a pedra angular e o eixo de gravidade de todas as estruturas de poder, sendo o fundamento das desigualdades que sustentam o edifício econômico e político. A autora argumenta que a paz verdadeira só é possível através do desmonte do mandato da masculinidade que sustenta a exclusão e o domínio.

Ao analisar a violência de política de gênero, Segato (2018) dialoga com a premissa da socióloga feminista Sylvia Walby (1990) que permite compreender que a subordinação feminina é mantida por estruturas interconectadas, o fenômeno da violência política se manifesta na intersecção da estrutura do Estado — que historicamente exclui mulheres do poder político — com a estrutura da violência, que serve como um mecanismo de coerção e punição. Desse modo, a agressão direcionada a candidatas e líderes políticas não é um evento isolado, mas uma tática sistemática que reforça o patriarcado ao tentar manter a esfera pública como um domínio exclusivamente masculino (WALBY, 1990).

A dimensão da dominação de gênero, proposta por Walby (1990), não se limita à identificação de estruturas, mas se concentra na mudança da forma como o poder masculino é exercido e mantido. A autora argumenta que, historicamente, o Ocidente passou por uma transição do patriarcado privado para o patriarcado público. Desse modo, no patriarcado privado, a dominação estava centralizada no âmbito doméstico, onde o homem (marido/pai)

controlava o trabalho, a sexualidade e a renda da mulher, com a exploração primária ocorrendo dentro da família e a exclusão da esfera pública.

Contudo, com as transformações sociais e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho e na política, a dominação masculina se deslocou e se manifestou mais fortemente no patriarcado público. Nessa nova forma, a exclusão da mulher se dá por meio de estruturas macroscópicas, como o Estado e o mercado de trabalho pago, que promovem a segregação, a desigualdade salarial e, crucialmente para este estudo, a exclusão política.

Nesse sentido, Walby (1990) argumenta que a violência política de gênero opera como uma tática de resistência das estruturas tradicionais. Seu objetivo seria frear a consolidação do patriarcado público e reafirmar as fronteiras do âmbito privado, utilizando a punição pública como mecanismo para desencorajar aquelas que desafiam as estruturas de dominação estabelecidas.

Em consonância com esta perspectiva que reconhece a dominação masculina nas estruturas públicas, a antropóloga Rita Segato (2018) aprofunda o debate ao focar nas barreiras que limitam o pleno exercício político feminino. A autora não apenas visualiza a violência como punição, mas como parte de um sistema mais amplo que opera através de mecanismos de exclusão dentro das próprias instituições.

Conforme analisa Segato (2018), é fundamental questionar as barreiras estruturais que obstaculizam a presença feminina em instâncias de decisão. Para a autora, tais entraves não são meros acidentes, mas mecanismos que reproduzem privilégios de gênero e geram processos de subalternização, restringindo, em última instância, o exercício pleno da cidadania e dos direitos políticos pelas mulheres.

Tal perspectiva é corroborada pela conjuntura das eleições de 2024 no Brasil, onde foi observado um incremento modesto de aproximadamente 1% na participação feminina em comparação ao pleito de 2020. O cumprimento da cota mínima de candidaturas femininas em 86% dos municípios representa um avanço importante, ainda que 14% das localidades permaneçam em situação de descumprimento. Importante destacar que, atualmente as mulheres ocupam a chefia do executivo municipal em cerca de 13% dos 5.569 municípios brasileiros, refletindo um aumento de 64 prefeitas em relação à eleição anterior. No plano federal, a sub-representação feminina é acentuada, com as mulheres detendo apenas 18% dos assentos na Câmara dos Deputados e 19% no Senado, percentual desproporcional à maioria feminina da população nacional (TSE, 2024).

Uma análise detalhada desses aspectos demonstra que a disparidade numérica não é um mero acaso eleitoral, mas sim reflexo das dinâmicas de poder materializadas pela

violência política de gênero. Esta violência se manifesta não apenas em formas físicas, mas também em planos simbólicos, psicológicos e discursivos, configurando-se como expressão das estruturas de dominação do patriarcado público (WALBY, 1990) e dos mecanismos de subalternização do patriarcado de alta intensidade (SEGATO, 2018). Tais manifestações visam a manutenção da ordem masculinista e a perpetuação dos privilégios de gênero na esfera política, transformando a disputa eleitoral em um espaço de recolonização do corpo-território político feminino, onde o crime deixa de ser apenas individual para se tornar uma mensagem de domínio territorial e controle social.

Nessa perspectiva, Segato (2021) argumenta que o corpo feminino atua como o espaço central onde o poder se reproduz. A autora define a violência patriarcal de alta intensidade como uma tática de conquista, na qual o 'corpo-território' das mulheres é invadido com o intuito de restabelecer uma ordem colonial. Tal ofensiva seria uma reação disciplinadora à insubordinação política feminina, que é vista pelo sistema como uma ameaça à estabilidade das hierarquias tradicionais.

Nesse contexto, a pesquisa antropológica dessas características revela que a violência política de gênero é um campo privilegiado para compreender as relações assimétricas de poder que moldam as práticas políticas e sociais contemporâneas. Por meio da etnografia e da análise documental, que realizo nesta pesquisa, é possível apreender as experiências das candidatas, os contextos em que a violência se manifesta e as estratégias de resistência e resiliência construídas, ampliando a compreensão do impacto da violência sobre a efetiva participação feminina no espaço político.

Ademais, a perspectiva da dominação estrutural de gênero deve ser refinada pela lente da colonialidade do gênero proposta por María Lugones (2008), uma vez que o patriarcado não se manifesta de forma homogênea em contextos pós-coloniais. A autora argumenta que o sistema moderno/colonial impôs um sistema de gênero, a criação de uma dicotomia hierárquica entre o homem e a mulher. Lugones argumenta que as categorias de gênero europeias (a mulher como frágil, doméstica e reprodutora), o homem como provedor e cidadão foram impostas às sociedades colonizadas para desestruturar as suas formas de organização original. Nas sociedades pré-coloniais, muitas vezes não existia essa hierarquia rígida ou binária, a colonização impôs o dimorfismo sexual, a idéia de que só existem dois sexos biológicos fixos, para controlar a reprodução e o trabalho.

Nessa perspectiva, a desigualdade de gênero na América Latina não pode ser compreendida apenas como uma disparidade de direitos, mas como um sistema moderno-colonial, que segundo Lugones (2008), utiliza a hierarquização dos corpos para

definir quem é plenamente humano e quem é passível de exploração. Esta estrutura de dominação manifesta-se através de uma violência política de gênero que, na perspectiva de Segato (2021), funciona como uma ferramenta de recolonização, visando disciplinar corpos que desafiam as normas patriarcais de alta intensidade. A manutenção dessa desigualdade depende, em última instância, da produção de uma não enlutabilidade (BUTLER, 2011), uma lógica estatal social que naturaliza a precariedade de certas vidas, tornando as suas perdas invisíveis ou politicamente irrelevantes para o debate público.

Contudo, esta estrutura de dominação contemporânea, assenta sobre uma transformação histórica profunda nas relações de poder. Segundo Segato (2021), antes da intrusão colonial, coexistia muitas sociedades o que a autora denomina de patriarcado comunitário de baixa intensidade. Diferente do modelo moderno, este sistema organizava-se em esferas de prestígio separadas, onde, embora houvesse uma hierarquia, as mulheres detinham formas de autoridade e espaços de decisão próprios dentro da comunidade. A transição para um patriarcado de alta intensidade ocorreu quando a colonialidade fundiu essas esferas, privatizando o poder e remetendo o feminino para uma posição de subordinação absoluta e desprotegida, facilitando a recolonização do corpo-território através de uma violência sistêmica e disciplinadora. O patriarcado de alta intensidade, imposto pela colonialidade e pelo Estado Moderno, é justamente o que exacerba a violência e o que estrutura o poder na esfera pública, tornando a violência uma ferramenta disciplinar e pedagógica.

Nesse cenário, a luta das mulheres para ocupar espaços de poder é, assim, constantemente marcada por um cenário de violência que busca silenciar e impedir a sua ascensão. Essa realidade não se manifesta apenas em ataques verbais ou assédio, mas culmina, em seus casos mais extremos, no assassinato de líderes. Tais crimes, que vão além de um ato de violência individual, são frequentemente articulados por grupos ou interesses políticos e econômicos que se sentem ameaçados pela ruptura de estruturas hegemônicas. Representam, portanto, uma forma de terrorismo político, agindo como um recado brutal de intimidação para todas as mulheres que desejam entrar na política.

Nessa perspectiva, esse terrorismo destaca-se no horizonte do feminicídio político entendido como o assassinato de mulheres em função de suas posições ou aspirações políticas, que representa uma tentativa extrema de silenciamento e intimidação de mulheres que desafiam as estruturas hegemônicas. Este cenário de dominação e desigualdade encontra uma expressão contemporânea e brutal no assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, caso que se tornou paradigma do feminicídio político no Brasil.

A repercussão do assassinato da vereadora marcou um ponto de inflexão, impulsionando o debate público e acadêmico sobre as interseções entre gênero, raça, classe e poder político, e denunciando o racismo e a violência estrutural presentes na política nacional (VIEIRA RIOS, 2024; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA, 2020).

Ressalta-se, que a execução de Marielle, uma mulher negra, favelada e defensora dos direitos humanos, exemplifica como a pedagogia da crueldade (SEGATO, 2021), opera para silenciar corpos que desafiam as estruturas milicianas e patriarcais do Estado. Ao interromper uma trajetória de representatividade insurgente, o crime não visou apenas o indivíduo, mas buscou enviar uma mensagem de controle sobre o corpo-território político. Contudo, a ressignificação da sua morte pela mobilização social demonstra uma recusa coletiva à lógica da não enlutabilidade (BUTLER, 2011), transformando o que deveria ser um apagamento numa memória política viva e inegociável.

É imperativo reconhecer que, a história recente ou não, está repleta de exemplos de líderes e ativistas que tiveram suas vidas ceifadas por se dedicarem à causa pública, evidenciando que a violência contra a mulher na política é uma das manifestações mais graves da desigualdade de gênero e uma das maiores barreiras à democracia.

Desse modo, apesar dos avanços legislativos significativos nas últimas décadas, a política brasileira permanece um ambiente hostil e desproporcionalmente masculino. Para compreender essa realidade, é crucial analisar o caso de Dorcelina Folador, que se tornou, na região centro oeste, um caso exemplar de violência política de gênero. Dorcelina foi eleita prefeita da cidade de Mundo Novo/MS, em 1996, uma das primeiras mulheres a assumir uma prefeitura em Mato Grosso do Sul, desafiando a hegemonia do latifúndio e o patriarcado de alta intensidade, cargo que exerceu de 1997 até ao seu assassinato em outubro de 1999. Sua trajetória política foi marcada pelo compromisso com as causas sociais e camponesas, era uma ativista das questões do campo, prezava pela participação popular, implementou o orçamento participativo e fortaleceu o papel das mulheres e dos movimentos sociais na administração pública.

O contexto fronteiriço da região confere-lhe especificidades marcadas por dinâmicas econômicas formais e informais, fragilidade institucional, prática recorrente de clientelismos e uma cultura do medo (FUREDI, 2005), elementos que se manifestam de forma aguda em áreas de fronteira (SANTOS, 2006), intensificada pela facilidade de atuação pistoleira e a proximidade de países vizinhos que facilitam a impunidade. O assassinato de Dorcelina Folador expôs a face mais cruel do combate à participação feminina e se inseriu em um

contexto em que o Estado, naquele período, falhava em garantir a segurança das mulheres na vida pública, negligenciando ou desqualificando a motivação política do crime. À época, o Brasil carecia de um arcabouço legal específico que reconhecesse e nomeasse as diferentes formas de violência de gênero, o que dificultava a correta classificação do assassinato e contribuía estruturalmente para a impunidade. Ao desqualificar a motivação política, o Estado reduziu o crime à esfera privada ou a um incidente comum, dismantando a leitura de feminicídio político.

Em realidade, a normatização de dispositivos legais como a Lei Maria da Penha (2006) e a tipificação do feminicídio (2015), viriam a ser criadas posteriormente, mostrando o avanço na compreensão da violência de gênero como problema público e estrutural e evidenciando o vazio legal que existia no momento do crime.

Com efeito, a Lei do Feminicídio nº 13.104/2015, em particular, foi criada para alterar o Código Penal e “prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.” Essa lei foi essencial para reconhecer que o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino é uma forma extrema de discriminação de gênero.

Já no âmbito estadual, a importância de nomear e combater formas específicas dessa violência é reforçada por iniciativas como o projeto de Lei 65/2025, de autoria da deputada estadual Gleice Jane (PT), no Mato Grosso do Sul, que visa instituir o dia 30 de outubro como o “Dia de Enfrentamento à Violência Política de Gênero no Estado”, em homenagem à memória de Dorcelina Folador. A instituição de uma data estadual de enfrentamento reconhece que essa violência não é um fato isolado, mas sim um fenômeno estrutural.

Tal reconhecimento político e simbólico ecoa a análise de Rita Segato (2018) sobre a natureza da violência de gênero, a violência contra a mulher não é um desvio individual, mas sim parte da regra em uma sociedade patriarcal. A mulher é o território onde o sistema patriarcal inscreve suas leis e demonstra sua dominação um ato político, e não passional (SEGATO, 2018).

Dessa forma, a análise antropológica da violência política de gênero permite compreender as rupturas entre avanços e resistências na trajetória das mulheres em espaços decisórios, ressaltando a importância de reconhecê-la como características culturais, políticas e simbólicas, que ultrapassam o campo meramente legal.

Considerando a complexidade do caso de Dorcelina Folador e o risco iminente de que dados cruciais se percam no tempo, esta pesquisa tem como objetivo analisar a violência

política de gênero, que culminou em um feminicídio político, por meio de um recorte biográfico e histórico. O nosso recorte espacial se concentra na pequena cidade de Mundo Novo/MS, um território de fronteira marcado pela dinâmica da economia agrária e da informalidade. Neste contexto, a trajetória da prefeita Dorcelina Folador (1963-1999) oferece uma chave analítica para a compreensão da violência política de gênero no Brasil contemporâneo, centralizando a análise na polaridade entre sua ascensão ao poder em 1997 e a persistência do sistema patriarcal, demonstrada pelo recente retorno do mandante do crime à prefeitura em 2025 e sua subsequente exoneração por pressão popular, evidenciando o longo ciclo de impunidade e resistência no corpo-território político. Nesta perspectiva, o corpo da mulher pública é lido como um território em disputa: sua eliminação física não é apenas um crime individual, mas uma 'pedagogia da crueldade' (SEGATO, 2018) que busca disciplinar o espaço público e reafirmar o domínio masculino sobre um território, tanto físico quanto simbólico, que havia sido descolonizado pela presença feminina e ativista.

O ponto de partida é a ascensão política de Dorcelina Folador, que foi professora, poeta, artista plástica e em meados da década de 1980, se engajou na luta pela terra no Estado do Mato Grosso do Sul, se tornando líder histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, em 1987 participou da criação do Partido dos Trabalhadores- PT, em Mundo Novo, o que foi um desdobramento direto da sua atuação nos movimentos sociais e na defesa da reforma agrária, Dorcelina tornou-se uma das principais referências do MST no Estado, utilizando a sua posição política para denunciar a concentração fundiária e a violência no campo, ela também foi a primeira mulher com deficiência a ocupar um cargo de prefeita no Brasil, sua gestão municipal representou uma ruptura ética e social com o sistema oligárquico local. A ruptura ética promovida por Dorcelina é evidenciada pelas denúncias que a prefeita formalizou junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e à CPI do Narcotráfico, apontando o envolvimento de grupos políticos locais com o crime organizado e o contrabando na fronteira (BRASIL, 2001). Tais ações de fiscalização romperam com a convivência histórica entre o poder público municipal e as redes de ilegalidade da região.

Sua gestão pública em Mundo Novo foi marcada por um empenho resolutivo na implementação de políticas voltadas para a educação pública e popular, ao priorizar investimentos na formação de professores e na infraestrutura escolar, ela buscou garantir que o conhecimento fosse um instrumento de soberania para os filhos e filhas de camponeses, empenhou-se em trazer políticas públicas voltadas para a inclusão, ajudou a fundar a Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (AMPDF), implantou o

Programa Bolsa Escola e o Orçamento Participativo. Sua ousadia em impor a transparência e desafiar as estruturas enraizadas de poder, patriarcado e pistolagem a colocou em uma rota de colisão que culminou em seu brutal assassinato. Esse crime contra uma chefe do executivo explicitou a cumplicidade entre a violência de gênero e o poder institucional local.

Inquestionavelmente, o sucesso de sua gestão e o fortalecimento das políticas emancipatórias em Mundo Novo tornaram Dorcelina um alvo direto das estruturas arcaicas de poder. Em 30 de outubro de 1999, a prefeita foi assassinada com seis tiros pelas costas, um crime cujas investigações revelaram que o assassinato foi articulado pelo seu mandante, Jusmar Martins da Silva, ex-secretário municipal de agricultura da própria prefeita. O crime foi associado a um consórcio de interesses que envolvia desde vingança política até o combate às denúncias de corrupção que ela fazia.

No entanto, à época, o crime não contava com a tipificação do feminicídio (criada apenas em 2015), o que resultou em uma pena que não refletiu a gravidade política do ato: Jusmar cumpriu cerca de dez anos de prisão em regime fechado e semiaberto antes de obter a liberdade. A concessão do benefício pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Dourados foi amplamente noticiada pela imprensa regional, destacando-se que, em 2009, o mandante já se encontrava em liberdade condicional, conforme registrado pelo jornal Campo Grande News (2009) e pelo G1 MS (2009).

Porém, o desfecho cruel desse caso, ocorrido 25 anos depois, em março de 2025, revela a persistência chocante desse sistema, como se não bastasse eliminar a prefeita, o mandante foi renomeado para um cargo público na mesma prefeitura de Mundo Novo/MS. Essa reabsorção do criminoso pelo aparelho do Estado não é uma falha, mas sim o ato revelador da persistência e da modernização de um sistema de poder colonial e necropolítico, fundamentado no patriarcado. Essa lógica constitui a própria reafirmação sistêmica da impunidade.

Nessa perspectiva, a análise do caso Dorcelina Folador, em polaridade com o feminicídio político de Marielle Franco (assassinada em 2018 no Rio de Janeiro), demonstra uma falha sistêmica do Estado. A violência contra mulheres no poder não se limita ao que pode ser criminalizado formalmente, mas se manifesta em uma zona de poder informal e cultural onde a ameaça sutil e a agressão física são mecanismos igualmente eficazes de silenciamento.

Nesses contextos, a eliminação de lideranças como Dorcelina e Marielle opera como um mecanismo pedagógico de terror (SEGATO, 2018) que busca restaurar a ordem patriarcal

e oligárquica, reforçando a ideia de que certos corpos e certas vozes não pertencem ao espaço de poder.

Entretanto, ao analisar a cobertura midiática, à época do assassinato de Dorcelina, a mídia tende a circunscrever o evento à esfera do “conflito político” ou da “disputa local”, ignorando intencionalmente ou por omissão a dimensão de gênero que permeia o ato. Essa abordagem neutra ou “objetiva” tem um efeito perverso: ela desgenerifica o assassinato, impedindo que ele seja interpretado como um ataque à participação democrática feminina e, conseqüentemente, à própria estrutura do patriarcado. Ao não questionar por que uma mulher em posição de poder foi silenciada de forma tão brutal, a mídia se torna um vetor cultural que, inadvertidamente, endossa a impunidade e reforça a percepção de que a violência contra mulheres que transgridem a ordem de gênero é uma consequência “natural” do jogo político, essa despolitização da violência opera como um mecanismo cultural que endossa a impunidade, solidificando a percepção de que as estruturas oligárquicas e patriarcais, que permitem a entrada do mandante, estão acima da lei, garantindo a hegemonia masculina no arranjo social. Percebe-se, na reportagem citada abaixo, que já havia um entendimento de que este caso tratava-se um “assassinato político”. Todavia, essa percepção e narrativa sobre o crime, não incluía uma perspectiva de gênero – o que, como vetor cultural, contribuiu para obscurecer a dimensão patriarcal do ato e pavimentar o caminho para a impunidade estrutural, como a reabsorção do mandante pelo Estado 25 anos depois veio a confirmar. Vejamos a matéria:

A prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina de Oliveira Folador (PT), 36, foi assassinada às 23h de sábado com seis tiros, um na clavícula esquerda e cinco no lado esquerdo das costas, na varanda de sua casa. Dorcelina, ex-sem-terra e integrante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), havia denunciado o que chamava de “máfia” que comandava a cidade, que, segundo ela, tinha envolvimento com o narcotráfico, contrabando de armas e até com o tráfico de crianças para o exterior. A população da cidade, com cerca de 16 mil habitantes, no extremo sul do Estado, perto da fronteira com o Paraná e o Paraguai (470 km ao sul de Campo Grande), foi em massa ao seu velório. A Polícia Militar calcula que 6.000 pessoas passaram pelo ginásio de esportes Antônio Alves Moreira das 11h, horário em que o corpo chegou, até as 17h. Em recente pesquisa encomendada pela prefeitura, Dorcelina tinha 83% de aprovação popular. Os apoiadores da prefeita afirmam que ela, além de ter conseguido “moralizar” a administração pública, estava realizando diversas obras, trouxe 11 indústrias de médio e pequeno porte para o município e foi responsável pela implantação do primeiro projeto Bolsa-Escola no Estado. O governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, o presidente de honra do PT, Luís

Inácio Lula da Silva, e o presidente nacional do partido, José Dirceu, foram para Mundo Novo logo que souberam do crime, e disseram acreditar que se trata de um “crime político”. (WAINER, João. Folha Imagem, 1996. Publicado na Folha de S.Paulo, 1 nov. 1999).

Figura 1 - Dorcelina no milharal de sua casa -1996



Fonte: WAINER, João. Folha Imagem, 1996.

Nota-se, que a narrativa midiática e a despolitização da violência política, retira o caráter sistêmico da violência de gênero, falha em conectar o assassinato de uma líder como Dorcelina Folador a um projeto de poder patriarcal e oligárquico que busca silenciar a dissidência. O resultado é a ocultação da natureza política do crime, o que, ironicamente, corrobora para a invisibilidade das ameaças que mulheres enfrentam ao desafiar as estruturas de poder, a violência contra Dorcelina é um feminicídio político que funciona como um mecanismo de silenciamento político, com objetivos de silenciar a ética pública, o crime foi uma decisão da gestão da estrutura de poder do sistema patrimonial agrário de fronteira, eliminando a pessoa que tentava impor a transparência e o uso ético do dinheiro público, que utilizou a união entre a elite corrupta e o braço armado da pistolagem como tecnologia de defesa.

Isso move a análise do crime como estrutura, enriquecendo o debate sobre governança pela violência em contexto de impunidade, e o silenciamento da autonomia popular, a prefeita era símbolo da emancipação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

Todavia, a mídia reporta que Dorcelina combatia a corrupção, mas trata isso como uma característica de sua gestão, e não como o estopim existencial do conflito. Ao não detalhar como o dinheiro era desviado e quem perdia com a ética pública (as elites),

obscurece-se o fato de que o assassinato foi uma decisão de gestão de riscos para a manutenção de privilégios econômicos. Assim, a narrativa midiática, mesmo ao noticiar, pode inadvertidamente perpetuar a zona cinzenta onde a violência política opera, impedindo que a sociedade compreenda plenamente as raízes do problema (QUIJANO, 2005).

É nesse ponto que a escrita antropológica oferece uma contribuição crucial, diferente do jornalismo que se diz atento ao fato, a antropologia permite desvendar as complexas camadas de poder, cultura e símbolos que cercam o assassinato de Dorcelina.

Conforme proposto por (GEERTZ, 2008) ao invés de postular apenas narrar os fatos, ela permite uma análise densa e contextualizada, transformando o relato em uma narrativa viva que não só descreve o crime, mas também a resistência e a ressignificação do legado da vítima. A escrita se torna, portanto, uma ferramenta metodológica e política para combater a despolitização da violência, reafirmando o caráter político do crime e a urgência de dar voz e visibilidade à luta contra a violência de gênero.

Desse modo, torna-se imperativo aprofundar o olhar para as questões de gênero como categoria central de análise. A violência política, neste contexto, não pode ser compreendida apenas como um conflito de interesses políticos ou econômicos, mas fundamentalmente, uma manifestação da misoginia e uma ferramenta do sistema patriarcal para manter o controle sobre o poder. O assassinato de Dorcelina Folador, por exemplo, não foi apenas a eliminação de uma adversária; foi uma punição exemplar a uma mulher que ousou transpor as fronteiras de gênero, ocupando um espaço de liderança e autoridade tradicionalmente reservado aos homens. A violência política de gênero, portanto, visa a deslegitimar, humilhar e silenciar as mulheres que rompem com normas sociais, reafirmando que o poder é uma prerrogativa masculina e que a transgressão será severamente penalizada.

Sob essa ótica, o assassinato de Dorcelina Folador materializa a convergência entre as tese de Joan Scott e Michelle Perrot sobre o gênero como uma estrutura de poder incontornável. Enquanto Scott (1986) define o gênero como a forma primária de significar relações de poder através de símbolos e normas, o que permite compreender como a identidade de Dorcelina (mulher, deficiente e camponesa) foi utilizada pelos seus opositores para deslegitimar sua autoridade política, Perrot (1990) expande essa visão ao focar na dimensão espacial e documental da dominação. Para Perrot, a desigualdade de gênero é mantida por um sistema que confina as mulheres ao silêncio e à esfera privada; assim, a ascensão de Dorcelina à prefeitura não foi apenas uma vitória eleitoral, mas uma transgressão física das fronteiras de gênero.

O seu assassinato, portanto, atua como o mecanismo violento de "restauração do silêncio" descrito por Perrot, onde o poder patriarcal retoma o controle do espaço público ao eliminar o corpo dissidente que ousou desafiar a lógica da invisibilidade histórica. Para compreender como essa dominação se traduz em normas cotidianas, a perspectiva de Judith Butler (1990) torna-se fundamental, pois, de acordo com a filósofa, o gênero não é uma essência inata, mas uma construção performativa reiterada por meio de atos, gestos, discursos e normas sociais que, através de sua repetição, produzem a ilusão de um sujeito coerente e naturalizado. Essa performatividade, longe de ser uma mera expressão individual, é regulada por estruturas de poder que definem o que é legível ou inteligível como “masculino” ou “feminino”.

É imperativo contextualizar este conceito dentro do nosso estudo, pois quando uma pessoa como Dorcelina, ao ocupar um espaço de poder tradicionalmente masculino de forma autônoma, combativa e não alinhada às expectativas de gênero se recusa a seguir o “roteiro” normativo, ela não apenas transgride uma regra superficial, ela expõe a própria contingência das normas de gênero e revela sua fragilidade. Sua presença e ação no campo político contestam a matriz heteronormativa que sustenta a divisão binária e hierárquica dos papéis sociais.

Além disso, Butler enfatiza que a agência política reside justamente na capacidade de resignificar e deslocar essas normas através de performances que as subvertem. Dessa forma, a atuação de Dorcelina não é apenas uma exceção à regra; é um ato de reconfiguração do imaginário social. Ao performar o poder de modo não autorizado pelas normas de gênero, ela abre fissuras no sistema, questiona a naturalização do masculino como sinônimo de autoridade e amplia as possibilidades de existência para corpos e subjetividades marginalizadas.

Desse modo, sua trajetória ilustra como a performatividade pode ser um instrumento de contestação e transformação social, mostrando que o gênero, longe de ser um destino, é um campo de luta e possibilidade.

Ademais, a violência política de gênero opera como um mecanismo de controle e punição direcionado àquelas que desafiam as normas heteronormativas do poder. Quando uma mulher ocupa um espaço de liderança de forma autônoma e combativa, especialmente em esferas tradicionalmente masculinas, sua presença já é, por si só, um ato de subversão. Essa transgressão não raro provoca uma reação brutal, que pode culminar na forma mais extrema de censura: o feminicídio político.

Este ato não visa apenas silenciar uma voz individual, mas serve como um aviso coercitivo para todas as outras mulheres, reafirmando violentamente os limites de onde e como seus corpos podem existir e exercer autoridade. O feminicídio político é, portanto, a expressão última de um pacto patriarcal que busca preservar a política como um domínio masculino através do extermínio simbólico e material da dissidência.

Nesse contexto, a análise da violência contra Dorcelina Folador expande-se ao ser articulada às teorias de Rita Segato, que nos oferece a noção de “mandato de masculinidade” como uma chave interpretativa essencial. Em sua teorização sobre a violência (SEGATO, 2003), aponta para a existência de um “mandato de masculinidade”, uma pressão social que obriga os homens a performar dominação e brutalidade para afirmarem seu lugar na hierarquia de gênero. Essa violência extrema, que encontra ecos contemporâneos no assassinato de Marielle Franco, transcende a mera disputa eleitoral ou motivações individuais, exigindo uma lente que revele sua dimensão estrutural. Tal lógica torna-se inteligível, sobretudo, na análise da antropóloga Rita Segato, em sua obra *As Estruturas Elementares da Violência* (2003). Para a autora, o crime político contra a mulher atua como um “ato comunicativo”, no qual a destruição do corpo feminino serve para reafirmar o vigor do mandato de masculinidade perante os seus pares, consolidando o controle territorial e simbólico sobre o espaço público.

Nesse sentido, o poder, nesta chave, é entendido como um patrimônio masculino, ao desafiar publicamente os “homens de poder” da região, Dorcelina não cometia apenas uma infração política; ela violava profundamente essa ordem de gênero, desafiando o mandato que reserva a arena política como um domínio masculino. Seu assassinato pode, assim, ser lido como uma resposta patriarcal à sua “ousadia”, uma tentativa de restaurar, através da violência, a ordem de gênero percebida como ameaçada.

Sob essa ótica, o corpo da mulher – e, por extensão, sua vontade, sua voz e seu lugar no mundo, é concebido como um território a ser conquistado, dominado e controlado. A política, tradicionalmente um domínio masculino por excelência, é um dos ilustres centrais onde esse mandato de posse se exercita quando uma mulher como Dorcelina não apenas ingressa nesse espaço, mas o faz desafiando as regras não escritas do jogo (o clientelismo corrupção, as oligarquias), ela comete uma dupla transgressão: viola o mandato de posse sobre a política (o que é “coisa de homem”) e sobre o seu próprio corpo e vontade (ao recusar a submissão).

O feminicídio político, portanto, não é um excesso ou um descontrole, é, nas palavras de Segato, “um ato de linguagem”, a mensagem final e mais brutal desse mandato, uma

performance pública destinada a restaurar a ordem gentilmente percebida, as ameaças. Esse ato comunica a outras mulheres qual é o preço de ultrapassar os limites de seu lugar social. Dessa forma, impunidade frequentemente associada a esses crimes, ou sua tratativa como “conflito local”, é parte integrante desta mensagem, reafirmando que aquela vida que ousou desafiar a estrutura não tem valor perante a lei ou a sociedade.

Portanto, a morte de Dorcelina não pode ser lida apenas como um assassinato, ela deve ser lida como um texto brutal, escrito na linguagem da violência patriarcal, com a intenção de reafirmar quem tem o direito de possuir e governar o corpo, a voz e o espaço públicos. Se a violência patriarcal, nos termos de Segato (2003), opera através de “mandatos de posse” que concebem o corpo da mulher como território a ser dominado, é preciso avançar para compreender a dimensão soberana e necropolítica desse ato extremo.

O feminicídio político, em sua expressão máxima, é a materialização do que Foucault (1999) identificou como o “direito de vida e de morte” inerente ao poder soberano, aquele que pode “fazer morrer ou deixar viver”. No contexto de Mundo Novo, os algozes de Dorcelina não agiam como meros criminosos, mas como atores que se arrogam uma soberania sobre a vida política da cidade e, em especial, sobre o corpo daquela que a liderava. Ao executá-la, reivindicavam para si a autoridade última de decidir quem tem o direito de habitar e exercer o poder no espaço público, efetivando um poder de morte para manter uma ordem política de vida que lhes beneficiava.

Este gesto, no entanto, não se esgota na teoria foucaultiana da soberania; ele se atualiza e se radicaliza no conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018). Se a soberania clássica “faz morrer e deixar viver”, a necropolítica de Mbembe é a “submissão da vida ao poder da morte”, a criação de “mundos de morte” onde certas populações são expostas sistematicamente à aniquilação. O feminicídio político é, portanto, a necropolítica aplicada à esfera de gênero; ele revela que, para o projeto patriarcal, certos corpos – especialmente os das mulheres que desafiam a ordem – são “matáveis”, podendo ser sacrificados para a manutenção do *status quo*.

À época, contudo, esse aparato conceitual para decifrar a plena dimensão do crime ainda não estava popularizado. A cobertura midiática, embora horrorizada, frequentemente encapsulou o fato na narrativa da “violência local”, sem mobilizar a chave analítica do gênero. Coube inicialmente aos movimentos de mulheres e à família de Dorcelina a tarefa solitária de insistir no caráter político e misógino do crime.

Essa dimensão política da violência revela-se de forma ainda mais contundente quando analisamos a espacialidade do ato. A escolha do local do crime – a varanda de sua

casa – possui um profundo significado antropológico. Este espaço, que atua como a fronteira entre o privado/doméstico e o público/político, conforme teorizado por Matos Rodrigues (2011), não foi aleatório; configurou uma profanação do refúgio e um ritual de poder destinado a anular o direito de proteção (MBEMBE, 2018). Ao executar Dorcelina nesse limiar, demonstrou-se publicamente que a soberania da violência não reconhece fronteiras espaciais, tornando todo o território da cidade um palco potencial para a necropolítica.

Nesta perspectiva, o crime viola o que Matos Rodrigues (2011) define como a função primordial do espaço doméstico: constituir um sistema de classificação e refúgio. A escolha da varanda transformou o limiar de sua casa em palco de execução, negando-lhe o direito ao abrigo e sinalizando que a violência necropolítica é capaz de desterritorializar o indivíduo dentro de seu próprio lar. Assim, o assassinato de Dorcelina Folador transcende a disputa política circunstancial: ele é a expressão suprema de um poder patriarcal que utiliza o corpo da mulher dissidente para enviar uma mensagem terrorista e restabelecer a ordem colonial, decidindo quem pode viver na política e quem deve morrer por ousar nela entrar (SEGATO, 2018).

Embora o caso de Dorcelina tenha ocorrido em um momento de pouca visibilidade teórica para o tema, o tempo e a acumulação de casos permitiram o amadurecimento desse debate. O feminicídio político da vereadora Marielle Franco, em 2018, funcionou como um catalisador brutal, forçando a mídia e a academia a reconhecerem a violência política de gênero como um mecanismo estrutural. A partir desse marco contemporâneo, é possível reler a história de Dorcelina à luz de novas interseccionalidades. Pensadoras como Berenice Bento, ao cunhar o conceito de transfeminicídio, demonstram que a violência letal se dirige a qualquer corpo que transgrida as normas de gênero. Juntas, Segato (2003), Bento (2014) e outras autoras fornecem o arcabouço para entender que a violência contra Dorcelina não foi um fato isolado, mas uma expressão localizada de uma guerra mais ampla contra a autonomia política das mulheres e das dissidências.

É neste campo semântico e teórico em expansão que a presente pesquisa se situa. Passadas mais de duas décadas, a Antropologia oferece as ferramentas necessárias para uma releitura etnográfica do caso de Mundo Novo. Através de uma análise que articula o contexto local de poder, as estruturas de gênero e a teoria do mandato de masculinidade, esta dissertação investiga como o assassinato de Dorcelina Folador constituiu um ato performático de restauração da ordem patriarcal, tornando-se, paradoxalmente, um símbolo potente na luta por uma política livre de violência.

Entretanto, para realizar essa releitura, torna-se imperativo enfrentar questionamentos complexos que constituem o cerne desta investigação: como exatamente se deu a operação desse poder patriarcal e necropolítico no contexto específico de Mundo Novo? De que maneira a atuação política de Dorcelina foi interpretada como uma afronta aos “mandatos de posse” vigentes? Que alianças e estruturas de poder informal foram mobilizadas para o planejamento e execução de seu assassinato? E, finalmente, de que forma seu legado e a luta por justiça foram ressignificados pelos movimentos sociais, criando um contra-discurso ao poder soberano que a vitimou?

A hipótese que orienta este trabalho sustenta que o assassinato de Dorcelina Folador não foi um evento isolado, mas o ápice de um *continuum* de violências políticas de gênero, incluindo ameaças, difamação e assédio, orquestrado por uma rede local de poder oligárquico. Tal rede sentiu-se ameaçada não apenas pelas políticas da prefeita, mas pela própria existência de uma mulher exercendo o poder de forma autônoma e desafiadora. Pressupõe-se, ainda, que a impunidade prolongada é parte intrínseca do ato comunicativo da violência, servindo para reiterar a mensagem de domínio territorial e simbólico.

Diante desse cenário, a dissertação analisa antropologicamente o caso Dorcelina como um paradigma de feminicídio político, investigando suas motivações estruturais, sua execução como ato de linguagem e suas ressignificações posteriores. Para tanto, os seguintes objetivos específicos orientam a investigação:

Reconstituir a trajetória política de Dorcelina Folador e o contexto sociopolítico de Mundo Novo/MS na década de 1990, identificando os atores e conflitos que definiam o campo político local;

Investigar, a partir de narrativas documentais e testemunhos colhidos, as manifestações de violência política de gênero ao longo de seu mandato, compreendendo o assassinato como o ápice de uma cadeia de agressões;

Analisar o assassinato de Dorcelina Folador e a tentativa de reabilitação política do mandante em 2025 como expressões da necropolítica (MBEMBE, 2018) e do mandato de masculinidade (SEGATO, 2003), identificando como o biopoder (FOUCAULT, 2004) opera na gestão dos corpos e na manutenção de soberanias informais em territórios de fronteira

Investigar a circulação do legado político de Dorcelina, observando como movimentos sociais e feministas ressignificam sua memória como símbolo de resistência à impunidade estrutural no Brasil.

A presente dissertação organiza-se em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, de modo a dar conta da complexidade analítica proposta. Inicialmente,

reconstrói-se a trajetória política de Dorcelina Folador, articulando-a ao contexto histórico e social do município de Mundo Novo/MS, evidenciando as condições que possibilitaram sua emergência como liderança. Em seguida, desenvolve-se o arcabouço teórico que sustenta a análise, mobilizando as contribuições de Foucault, Mbembe, Quijano, Segato e Crenshaw, a fim de compreender as interseções entre poder, gênero, colonialidade e violência política. Na sequência, apresenta-se a estratégia metodológica adotada, fundamentada na etnografia de arquivo e na construção de um contra-arquivo a partir das vozes locais, o que permite tensionar narrativas oficiais e ampliar o campo interpretativo. Posteriormente, a análise volta-se ao feminicídio político de Dorcelina Folador, compreendido como um ato pedagógico de poder e mecanismo de silenciamento, avançando ainda para o presente ao examinar a performatividade do medo nas entrevistas realizadas em 2025, bem como as reações populares frente à tentativa de reabilitação do mandante, evidenciando a memória como um campo de disputa contínuo. Por fim, nas considerações finais, são sintetizadas as principais conclusões do estudo, retomando os objetivos propostos e destacando as contribuições da pesquisa para o debate acerca da violência política de gênero e da impunidade estrutural no Brasil.

CAPÍTULO 1- A TRAJETÓRIA DE DORCELINA FOLADOR E O CONTEXTO DE MUNDO NOVO/MS- UMA ETNOGRAFIA DE ARQUIVOS

1.1. A Voz da Ruptura: Trajetória Biográfica e Ascensão Política de Dorcelina Folador

Este capítulo reconstitui a trajetória de Dorcelina Oliveira Folador (1963–1999), cuja atuação política e militante em Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, conforma um caso paradigmático para a compreensão das resistências e violências dirigidas a mulheres que desafiam estruturas de poder arraigadas. Sua história não se resume a uma biografia individual, mas expõe as entrelaçadas redes de força e opressão que marcam o Brasil rural, articulando questões de gênero, classe, deficiência e território. A narrativa aqui construída serve de base factual e contextual indispensável para a análise teórico-conceitual que se desenvolverá nos capítulos subsequentes, onde conceitos como feminicídio político, necropolítica e interseccionalidade serão mobilizados para decifrar o significado de sua morte e a persistência de suas lutas.

Nascida em 27 de julho de 1963, em Guaporema/PR, filha mais nova de uma família de sete irmãos marcada pela pobreza. Em 1974, sua família migrou para Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, cidade que se tornou palco central de sua atuação e, tragicamente, de seu assassinato. Um aspecto fundamental de sua formação foi a convivência com a poliomielite, que contraiu na infância e que resultou em uma deficiência permanente na perna esquerda. Essa experiência longe de a enfraquecer, a expôs precocemente ao preconceito e à exclusão, forjando nela uma resiliência singular e uma sensibilidade aguçada para as lutas das minorias. Além de sua atuação política, Dorcelina era professora, artista plástica e poeta, facetas que revelam uma personalidade complexa e multidimensional, capaz de transitar entre diferentes linguagens e espaços sociais (MST, 2024).

Sua inserção na vida pública deu-se inicialmente por meio da Igreja Católica, espaço fundamental de socialização e formação de lideranças comunitárias na região. De acordo com Silva (2005, p. 24-28), foi nesse ambiente que se deu o encontro com César Folador, que chegou a Mundo Novo em 1979 e integrou-se no grupo de jovens da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Dorcelina, por sua vez, já se destacava como liderança na Pastoral da Juventude a partir de 1980 e participava ativamente da Juventude Mensageira do Amor Cristão (JUMAC), da qual se tornou presidente em 1984.

Nesses espaços, os jovens eram orientados a participar também da Pastoral da Terra, o que proporcionou a Dorcelina um primeiro contato orgânico com as lutas sociais do campo. Foi nesse contexto que ela desenvolveu uma crítica aguda ao distanciamento entre a população e a classe política local.

Como observa Silva (2005), Dorcelina angustiava-se ao perceber que “os políticos não se aproximavam do povo”, que “os trabalhadores não recebiam orientações nem assistência dos órgãos públicos” e que, em suma, os detentores do poder “faziam o que queriam”. Essa percepção da injustiça e da abstenção estatal foi o motor inicial que a impulsionou da ação pastoral para a ação política partidária.

O casamento com César Folador, em 25 de janeiro de 1985, consolidou seus laços afetivos e comunitários. Ainda que uma tentativa de empreendedorismo individual—uma floricultura que também alugava vestidos de noiva—não tenha prosperado devido às dificuldades econômicas (SILVA, 2005, p. 28), sua vocação para o serviço público e comunitário apenas se fortaleceu. Incentivada por outros jovens da igreja, deu seus primeiros passos na política partidária junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Contudo, foi em 1986 que sua militância encontrou sua expressão mais plena. Articulando redes provenientes da igreja, de grupos evangélicos, do movimento sindical e de trabalhadores rurais, Dorcelina tornou-se uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) em Mundo Novo. A opção pelo PT não foi casual: representava a materialização de um projeto político que espelhava seu compromisso com a ética na política, a recusa ao clientelismo (“sem ’se arranjar com ninguém”) e a construção de uma força política genuinamente popular, que tinha “o povo como seu aliado” (SILVA, 2005).

A trajetória política de Dorcelina Folador, que ascendeu de professora, poeta e ativista Sem Terra a prefeita, é marcada pela ética do cuidado. A antropóloga e cientista política Joan Tronto (1993) define o cuidado (care) como uma atividade humana que visa manter e reparar nosso “mundo” e nossos corpos. É alinhada a essa ética pública do cuidado, e impulsionada pela percepção de seu “dom de servir as pessoas”, que Dorcelina canalizou a expectativa de mudança que ajudou a criar. Em 1988, ela foi indicada como candidata a vereadora.

Paralelamente à atuação partidária, aprofundou seu engajamento na questão agrária, a partir de 1989, tornou-se correspondente do Jornal dos Sem Terra (JST), vinculado ao MST, função que exerceu por cinco anos. Foi através do jornalismo militante que sua atuação ganhou um contorno ainda mais ameaçador para as elites locais. Suas reportagens não apenas relatavam os feitos do movimento, mas denunciavam nominalmente a repressão e a perseguição promovidas por políticos e fazendeiros da região contra os trabalhadores rurais.

Essa prática transformou-a em uma porta-voz das lutas do campo, utilizando a comunicação como arma de resistência e de visibilização da violência agrária.

Além disso, O MST (2024) destaca sua dedicação à comunicação popular e à defesa da Reforma Agrária, ressaltando que, “apesar de sua deficiência física”, Dorcelina percorria acampamentos e assentamentos, documentando as violências. Essa dupla atuação—na política institucional pelo PT e na trincheira da comunicação popular pelo MST—consolidou-a como a principal voz de oposição em Mundo Novo, tornando-a um alvo explícito dos interesses que ela combateu durante toda a sua vida.

Figura 2 - Dorcelina na militância set./1996



Fonte: Jornal Campo Grande News/2025

1.2 A Gestão Inclusiva (1997-1999): Políticas de Inclusão, Transparência e Confronto com o Status Quo

A ascensão política de Dorcelina Folador culminou com sua eleição como prefeita de Mundo Novo em 1996, cargo que assumiu em 1997. Sua gestão (1997-1999) foi marcada por um projeto político radicalmente oposto à ordem vigente, caracterizando-se por políticas públicas voltadas à inclusão social, à participação popular e a uma rigorosa transparência administrativa. Sua administração implementou projetos inovadores, como a “Bolsa Escola”

– antecipando em anos iniciativas federais similares – e fundou a Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (AMPDF), refletindo seu compromisso pessoal e político com as minorias (PORTAL DAS CEBS, 2018).

O símbolo de sua campanha, uma vassoura com o lema “Vamos varrer a corrupção, Dorcelina é a solução” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999a), não era uma mera figura de retórica. Era um programa de governo, Dorcelina assumiu publicamente o compromisso de erradicar a corrupção endêmica da administração pública, que ela identificava como o problema central do município. Como reportou a Folha de São Paulo (1999a; 1999b), ela denunciava abertamente que Mundo Novo estava sob o controle de “máfias do narcotráfico, do contrabando de carros e do contrabando de bebês” por vinte anos.

Sua gestão promoveu uma verdadeira “limpeza” no município, rompendo frontalmente com grupos criminosos ligados ao poder público, na região. Esta postura representava uma ameaça existencial à colonialidade do poder local, que prosperava na simbiose entre o Estado e as economias ilícitas. A transparência que instituiu desmontava os mecanismos de opacidade que sustentavam o clientelismo e a corrupção. O foco na inclusão social e na participação popular redistribuiu poder simbólico e material para as comunidades historicamente excluídas, desafiando as hierarquias sociais arraigadas. Sua governança foi, portanto, um ato prático de descolonização do poder municipal.

Contudo, a implementação deste projeto esbarrou em complexidades políticas internas, a composição de sua equipe, necessária para viabilizar a coligação eleitoral, introduziu tensões. Conforme Silva (2005), o vice-prefeito, Kléber Correia da Silva (PMN), acumulou o cargo de Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, enquanto o coordenador financeiro de campanha assumiu a Secretaria de Agricultura. Estes arranjos, possivelmente resultantes de acordos pré-eleitorais, sugerem que a pureza idealizada do projeto “sem se arranjar com ninguém” enfrentou os pragmatismos da governança, expondo a vulnerabilidade da administração a pressões de suas próprias bases de apoio.

A trajetória de Dorcelina Folador revela uma profunda interseccionalidade que serviu tanto como catalisador para sua ação política quanto como fator de vulnerabilidade. Sua condição de mulher num ambiente político violentamente masculino, sua deficiência física e sua origem de classe operária foram elementos que moldaram uma liderança singularmente dedicada à justiça social. Estas mesmas identidades, ao desafiar as normas dominantes de poder, tornaram-na um alvo visível.

Sua vida e sua gestão exemplificam o que a teoria decolonial identifica como a colonialidade do ser: corpos que desafiam radicalmente a matriz de poder hegemônica são

sistematicamente marcados para ser neutralizados. Ao descolonizar a governança – combatendo a corrupção, empoderando os marginalizados e cortando as ligações entre o poder público e o crime – Dorcelina não apenas irritou interesses poderosos; ela ameaçou desmontar toda uma estrutura de poder colonial. Seu assassinato, portanto, não foi um ato isolado de violência, mas uma resposta necropolítica destinada a restabelecer uma ordem ameaçada e a enviar uma mensagem clara de que certas transformações não seriam toleradas.

A implementação do projeto reformista de Dorcelina não enfrentou resistência apenas das velhas estruturas de poder e das máfias locais, um conflito interno dentro de sua própria base de apoio revelaria as profundas tensões de gênero e os limites do poder de uma mulher que ousava exercer autoridade de forma incontestável. Este episódio, detalhado por Silva (2005, p. 41-44), mostra como a ruptura com um antigo aliado se tornou o estopim direto para a conspiração que levaria ao seu assassinato.

Sua gestão (1997-1999) materializou-se no que ela própria denominou o “projeto de resgate da cidadania do povo de Mundo Novo”. Este projeto era um empreendimento explícito e intencionalmente decolonial, que buscava inverter prioridades históricas, deslocando o foco do Estado das elites e das economias ilícitas para as populações mais vulneráveis: gestantes, crianças, idosos, pobres e pequenos agricultores. Sua administração foi marcada por políticas públicas pioneiras e de forte impacto social, que anteciparam programas nacionais, a Casa da Gestante, oferecia acompanhamento integral da gravidez até o 12º mês do bebê, atendendo centenas de mulheres. Dorcelina defendia que “Resgatar a cidadania do povo é compromisso dos governantes que têm senso humanitário” (O PARANAZÃO, 1997).

Conforme apontam os registros documentais, Dorcelina criou o Bolsa-Escola, implementado antes do programa federal, no qual atendia 220 alunos de 7 a 14 anos de famílias desempregadas, condicionando a frequência escolar ao apoio financeiro.

Dorcelina implantou a Casa da Terceira Idade e promoveu a Ampliação Educacional, criando espaços e programas dedicados a garantir dignidade e acesso a oportunidades para idosos e para a comunidade em geral. Tais iniciativas de justiça social e inclusão, focadas na base da população, solidificaram sua popularidade, mas também acirraram o conflito com as elites locais detentoras do poder patrimonial (DIÁRIO DO POVO, 1997; TV MUNDO NOVO, 1999a).

Paralelamente, a prefeitura investiu fortemente no desenvolvimento rural para conter o êxodo, fomentando a agroindústria caseira (como a produção de doce de leite) e o PROVE – Programa de Verticalização da Produção Agropecuária .

O PROVE consistia em uma política de incentivo à agricultura familiar, cujo objetivo principal era agregar valor aos produtos in natura cultivados pelo pequeno produtor, através do beneficiamento e do processamento dentro da própria propriedade. Com isso, buscava-se aumentar a renda familiar, gerar empregos no campo e, conseqüentemente, fixar o pequeno produtor rural na terra, estratégia fundamental para a defesa de um modelo de desenvolvimento socioeconômico distinto do latifúndio e da monocultura.

Esse vasto leque de ações sociais e econômicas era financiado por uma rigorosa moralização administrativa. Dorcelina denunciava constantemente ter herdado uma prefeitura “sucateada”, com salários atrasados, irregularidades e uma dívida de 4 milhões de reais, “resultado de 20 anos de desmandos promovidos por uma máfia que saqueava os cofres públicos” (DIÁRIO DO POVO, 1998a).

A “limpeza” que promoveu, a implantação do Orçamento Participativo e o corte de ligações com grupos criminosos foram as ações que libertaram recursos para o seu projeto social.

O modelo de governança de Dorcelina representava uma dupla ameaça à ordem colonial vigente pois, ao direcionar recursos públicos das redes ilícitas e do clientelismo para políticas universais e de inclusão, ela cortou o fluxo de financiamento e de privilégios das antigas elites, representava a ameaça econômica. Ao demonstrar que um governo ético, transparente e focado nos mais pobres era possível e popular, ela deslegitimou por completo o discurso e a prática da velha política, criando um novo paradigma de cidadania, representava a ameaça simbólica, nesse sentido, O “resgate da cidadania” era, portanto, um ato revolucionário de descolonização do poder local.

A gestão de Dorcelina Folador, materializada no “projeto de resgate da cidadania”, configurou-se, portanto, como um empreendimento decolonial radical, na medida em que tensionou as estruturas históricas de poder que organizam a exclusão social e política no contexto local. Ao inverter prioridades e interromper fluxos de privilégio, sua atuação incidiu diretamente sobre a chamada colonialidade do poder, entendida, nos termos de Aníbal Quijano, como o padrão duradouro de dominação que articula raça, classe e autoridade na produção de hierarquias sociais herdadas do colonialismo. Nesse sentido, sua gestão não apenas promoveu políticas públicas, mas desestabilizou a própria lógica de reprodução dessas hierarquias, tornando-se uma ameaça existencial para a ordem oligárquica local.

Sua eliminação, articulada por um ex-aliado que se arrogou o direito soberano de punir uma performatividade de gênero dissidente dos padrões normativos, não pode ser compreendida como um crime passional ou meramente político. Trata-se, antes, de um

feminicídio político, aqui entendido como a eliminação de mulheres em razão de sua atuação e visibilidade no espaço público e político, especialmente quando essa presença desafia estruturas patriarcais de poder. Ao mesmo tempo, esse ato assume contornos necropolíticos, no sentido proposto por Achille Mbembe, ao mobilizar a morte como tecnologia de governo e mecanismo de regulação social.

Tal violência inscreve-se ainda sobre o que autoras como Rita Segato denominam de corpo-território, isto é, a compreensão do corpo feminino como espaço simbólico e material onde se projetam disputas de poder, controle e dominação. Nesse caso, o corpo de Dorcelina não é apenas alvo de violência individual, mas torna-se suporte de uma mensagem política mais ampla. Sua execução, portanto, visou restabelecer a matriz de poder por meio da gestão da morte, operando como um dispositivo pedagógico de terror destinado a reafirmar as fronteiras do patriarcado de alta intensidade no corpo-território político e a silenciar outras possíveis insurgências.

O sucesso deste projeto, amplamente divulgado pela propaganda oficial (TV MUNDO NOVO, 1999a; 1999b) e pela imprensa, tornou-se intolerável para aqueles que haviam sido expropriados do poder do Estado.

Figura 3 - Dorcelina Folador - Reportagem/1996



Fonte: TV Mundo Novo/MS 1996

A eficácia de Dorcelina em governar para os excluídos foi o que se tornou intolerável para aqueles que haviam sido expropriados do poder do Estado, paradoxalmente, consolidou a determinação dos seus inimigos em eliminá-la fisicamente, para extinguir não apenas a pessoa, mas o próprio modelo alternativo de sociedade que ela encarnava com sucesso.

Apesar do sucesso do seu projeto de governo, a gestão de Dorcelina Folador foi minada por tensões internas que expuseram as resistências patriarcais incrustadas até mesmo dentro de sua própria base de apoio. Conforme análise de Silva (2005), a prefeita, seguindo conselhos do partido e sua determinação em erradicar a corrupção, adotou uma

prática de nomear pessoas de sua estrita confiança e alinhadas ideologicamente com o PT, muitas vezes recrutadas em outras regiões como Londrina, Maringá e Campo Grande.

Esta estratégia, embora essencial para assegurar a lealdade à sua agenda reformista, gerou atritos com figuras locais de sua coalizão, principalmente com o vice-prefeito Kléber Corrêa e Jusmar Martins da Silva, seu Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária.

Ao deliberadamente cortar o acesso de figuras locais à máquina administrativa e aos seus recursos, Dorcelina desafiou a base do poder oligárquico e clientelista, que via o Estado como uma extensão de seu patrimônio privado (LEAL, 2012). Mais do que isso, ao priorizar técnicos externos e ideologicamente alinhados, ela afrontou a hierarquia patriarcal não escrita que esperava que o poder fosse distribuído entre os homens da elite local, pavimentando o caminho para a reação violenta de gênero.

De acordo com Silva (2005), inicialmente, Jusmar buscou “mostrar serviço” na sua pasta, impulsionando projetos de fruticultura (abacaxi e maracujá) e pecuária leiteira que ele a conhecia bem e que efetivamente beneficiavam pequenos produtores. Isso incluía a captação de recursos via FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (SILVA, 2005, p. 41-42).

O FCO é um fundo de crédito, administrado pelo Banco do Brasil, criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. Através de programas de financiamento de longo prazo, com taxas de juros reduzidas e prazos diferenciados, o Fundo apoiava empreendimentos dos setores rural e empresarial, sendo um instrumento estratégico para modernização da infraestrutura e o fortalecimento das cadeias produtivas locais, como as de Jusmar, que atendiam à base produtiva rural de Mundo Novo.

No entanto, a partir de julho de 1997, Dorcelina começou a centralizar a condução dos projetos e o atendimento direto à população, afastando-se progressivamente de Jusmar. Ela descobriu que o secretário “queria puxar o tapete dela”, minando sua autoridade num claro movimento de desafio e ambição política. Ao exonerá-lo, Dorcelina não apenas tomou uma decisão administrativa; desferiu um golpe num pacto não escrito de poder patriarcal.

A reação de Jusmar, como registrado por Silva (2005, p. 43-44), foi visceral e carregada de machismo: um homem que se vê “desmamado” de uma posição de poder por uma mulher, sentindo-se profundamente desprestigiado, traído e envergonhado perante seus pares. A humilhação pública foi consolidada quando Dorcelina, ao justificar a exoneração na rádio local, atribuiu-a à “falta de competência” e concluiu, de forma cortante e simbólica, uma metáfora regional “eu gerei um bezerro desmamado” (SILVA, 2005, p. 44).

A metáfora regional rural, ao mesmo tempo que evocava seu universo cultural, era profundamente emasculador. Nesse momento, o descontentamento político transformou-se em ódio pessoal e misógino. A mágoa de Jusmar Martins da Silva, agora destituído de poder e do status que ele considerava seu por direito, tornou-se, na análise de Silva (2005), o “estopim para a arquitetura do crime”. Este episódio crucial demonstra como a violência

política de gênero não é apenas perpetrada por inimigos externos ideológicos, mas pode ser catalisada pela recusa de uma mulher em se submeter às expectativas de poder e lealdade dentro de suas próprias alianças, revelando como o patriarcado opera também nos interstícios da política contestatária. A autonomia decisória de Dorcelina, exercida sem hesitação, foi interpretada como uma afronta intolerável à autoridade masculina, acendendo o gatilho que levaria ao seu assassinato.

A autonomia decisória de Dorcelina, exercida sem hesitação, foi interpretada como uma afronta intolerável à autoridade masculina, um ataque direto à sua colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2012). A humilhação pública e o dano ao seu mandato de masculinidade (SEGATO, 2018) converteram o conflito de gestão em um ódio pessoal que seria instrumentalizado pelos interesses oligárquicos mais amplos. Assim, o crime que se seguiu resultou da confluência entre a vingança do indivíduo ferido em sua masculinidade e a necessidade sistêmica de eliminar a ameaça política.

Essa dinâmica demonstra que o feminicídio político opera na intersecção entre o privado e o público, sendo o corpo da mulher o campo de batalha final. A violência, catalisada pela humilhação do mandante – um homem que teve seu poder hierárquico e seu mandato de masculinidade (Segato, 2018), desafiados – forneceu o gatilho emocional para o ataque. Contudo, a conspiração foi imediatamente absorvida pela lógica maior da Necropolítica (Mbembe, 2018). O assassinato, portanto, não foi apenas uma vingança, mas um ato de soberania arrogado pelos algozes para restabelecer a ordem colonial, assegurando que o controle sobre o Corpo-Território Político permanecesse nas mãos da oligarquia masculinista. A eliminação de Dorcelina funcionou como uma pedagogia do terror que buscava neutralizar a ameaça de descolonização da governança e solidificar a impunidade estrutural do sistema.

1.3. Mundo Novo/MS: Um Território de Fronteira e a Gênese do Poder Oligárquico

A gênese de Mundo Novo/MS é inseparável de sua identidade como território de fronteira e de um processo histórico marcado pelo apagamento da presença originária. Enquanto a Aldeia Porto Lindo, com mais de cinco mil indígenas (Kaiowá e Guarani), se estabelecia nas proximidades, a história do município, tal como registrada pelos seus cronistas, é construída a partir da ausência indígena no local, datando a ocupação “habitável” a partir da década de 1950. Esta narrativa fundacional, que silencia o conflito colonial e as disputas por terra, já sugere a primazia do capital e da posse (QUIJANO, 2005).

Figura 4 - Cidade de Mundo Novo/MS 1970

Fonte: Governo de Mundo Novo/MS

O povoamento de Mundo Novo, a partir de 1953, foi impulsionado por um movimento migratório vindo principalmente do interior paulista, com famílias já migrantes da Bahia, seguindo a lógica de expansão da fronteira agrícola. O papel do catarinense Oscar Zandavalli é emblemático das formações de elites locais, ele não apenas atuou como corretor de terras a partir de 1955, mas trabalhou junto à família influente dos Saldanha para colonizar e mercantilizar o território, vendendo áreas para as famílias pioneiras. A mudança do nome indígena (Tapuy-Porã, “Rancho Bonito”) para Mundo Novo em 1958, em referência a uma variedade de café, simboliza a completa subordinação do simbolismo local à lógica do agronegócio e da produção (GOVERNO DE MUNDO NOVO/MS-1999).

Sob uma análise etnográfica desses arquivos, percebe-se que a mudança do nome indígena (*Tapuy-Porã*, ‘Rancho Bonito’) para Mundo Novo em 1958, em referência a uma variedade de café, simboliza a completa subordinação do simbolismo local à lógica do agronegócio e da produção.

Essa estrutura de ocupação, mediada por grandes proprietários e corretores (como Zandavalli), estabeleceu as bases de um poder oligárquico centralizado. A colonização foi, essencialmente, a implantação de um sistema patrimonial onde o acesso à terra e o poder político estavam desde cedo atrelados a poucas famílias e redes de influência (LEAL, 2012).

Neste cenário de fronteira, onde a lei formal é frequentemente suplantada pela governança informal das redes de elite, a cidade se desenvolveu sob a sombra de um poder que se manifesta por meio do clientelismo e da violência como tecnologia de controle. É contra essa estrutura consolidada — que trocou o nome indígena por uma variedade de café e o controle do território por pistolagem — que a trajetória ética e popular de Dorcelina Folador se levantou, tornando-se, por definição, um projeto dissidente e de risco. Sua atuação em Mundo Novo representou um confronto direto e multidimensional com as estruturas de

poder locais, que podem ser compreendidas através da lente da colonialidade; seu projeto político desafiou os pilares que sustentavam a hegemonia tradicional na região.

O município de Mundo Novo era dominado por uma elite agrária cujo poder econômico e político era herdeiro direto de uma lógica colonial de controle territorial e exploração da força de trabalho. Esta oligarquia via a terra não apenas como um recurso econômico, mas como a base de seu poder soberano e social. A dupla atuação de Dorcelina, como militante do MST, que questionava diretamente o dogma da propriedade privada da terra, e como prefeita que implementava políticas voltadas para os vulneráveis, constituía uma ameaça existencial a este poder. Ela não desafiava apenas interesses econômicos; desafiava a própria colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que estrutura as hierarquias sociais a partir do controle da terra e dos corpos.

Ao assumir a prefeitura, Dorcelina deparou-se com um aparelho de Estado que operava como uma extensão da colonialidade do poder. As instituições, embora formalmente democráticas, eram instrumentalizadas por práticas clientelistas e corruptas que serviam para manter as elites no poder e excluir a maioria da população. Sua gestão, pautada pela transparência, pelo Orçamento Participativo e pela nomeação de técnicos de confiança (muitos de fora da rede local), foi um intento explícito de descolonizar a administração pública. Ao fazê-lo, ela cortou o fluxo de recursos que alimentava as redes de poder tradicionais, gerando uma resistência feroz dentro da própria máquina estatal.

A condição de cidade fronteira com o Paraguai introduziu um elemento crucial: a presença de economias ilícitas (narcotráfico, contrabando) que operam em simbiose com o poder político local. Estas redes constituíam uma forma de poder paralelo que prosperava na opacidade e na violência. Ao prometer e implementar uma “limpeza” administrativa e moral, Dorcelina ameaçou dismantelar esta simbiose.

O seu assassinato, encomendado por um funcionário de sua própria prefeitura, é a manifestação suprema da necropolítica (MBEMBE, 2018) inerente a este contexto: o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer para preservar uma ordem econômica e política ilicitamente estabelecida. A fronteira, espaço de ambiguidade jurídica, tornava-se assim o palco onde a colonialidade exercia seu direito de morte.

A própria figura de Dorcelina era um afronto à colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2012). Mulher, pobre, com deficiência e proveniente de movimentos sociais, ela encarnava identidades que a ordem colonial patriarcal destinava à subalternidade. O exercício de um poder firme e autônomo por parte dela, exonerando aliados masculinos, centralizando decisões, confrontando publicamente seus opositores, desafiava radicalmente as expectativas

de gênero e o lugar social que lhe era destinado. A reação misógina e virulenta de Jusmar Martins da Silva, seu ex-secretário, ao ser exonerado por ela ilustra como a violência patriarcal é um mecanismo de manutenção da colonialidade.

Neste cenário, a trajetória de Dorcelina Folador inscreve-se como um projeto radical de descolonização do poder local. A sua luta não foi apenas contra inimigos políticos identificáveis, mas contra um sistema entranhado de dominação, aglutinando patriarcado, latifúndio, clientelismo e crime organizado, que reagiu com violência extrema para preservar sua hegemonia e neutralizar a ameaça que ela representava ao demonstrar que outra forma de governar, centrada na vida e na dignidade dos excluídos, era possível. O seu feminicídio político foi, portanto, a resposta necropolítica de um sistema colonial que não tolera ser desafiado em seus fundamentos.

1.4. O Feminicídio Político e a Reafirmação Imediata da Ordem Patriarcal

O assassinato de Dorcelina Folador, na noite de 30 de outubro de 1999, foi a manifestação suprema da necropolítica que operava em Mundo Novo (MBEMBE, 2018). O crime, executado a sangue frio enquanto ela estava em sua varanda, no seio de sua família, não foi um ato de violência isolado, mas a execução de uma sentença de morte ditada por uma lógica de poder que decide quem pode viver e quem deve morrer para preservar a ordem estabelecida (SEGATO, 2006).

A metodologia do crime — a escalada do muro, a espera pelo momento de vulnerabilidade, a descarga de seis tiros nas costas — revela uma execução típica de um assassinato político por encomenda, destinado a eliminar um alvo de forma eficaz e a enviar uma mensagem de terror à comunidade (PEIRANO, 2003). A fuga do pistoleiro, Getúlio Machado, para o Paraguai e o descarte da arma no Rio Paraná ilustram a impunidade e a fluidez transnacional do crime organizado na região de fronteira, características de um território onde o Estado tem soberania limitada (SEGATO, 2006).

A impunidade do ato sinalizou à sociedade que o desafio à ordem patriarcal e clientelista resultaria em violência letal, cumprindo a função de reafirmação imediata da hierarquia de poder.

A investigação que identificou Jusmar Martins da Silva, ex-secretário e ex-coordenador de campanha de Dorcelina, como mandante principal, expõe a complexa teia de relações pessoais, políticas e econômicas que sustentam o poder informal. As motivações de Jusmar, conforme ele próprio apresentou, eram profundamente pessoais: uma mistura de decepção, traição e ódio resultante de sua exoneração, agravada pela humilhação pública

infligida por uma mulher (SILVA, 2005, p. 43-44). Este “estopim” pessoal, no entanto, é insuficiente para explicar a totalidade do crime.

A versão de Jusmar levantou suspeitas imediatas. A declaração do seu próprio pai, o delegado Joel José da Silva de que estava “arrasado” e considerava improvável que o filho, desempregado, tivesse recursos para bancar o crime (R\$35 mil), apontava para uma verdade mais sombria (FOLHA DE S. PAULO, 1999a).

A conclusão da polícia foi clara: a falta de recursos de Jusmar era “uma das principais evidências que levam a polícia a considerar que outras pessoas participaram do crime” (FOLHA DE S. PAULO, 1999b).

Esta análise sugere fortemente que Jusmar agiu não como um mandante solitário, mas como a ponta visível de uma conspiração mais ampla. O seu ódio pessoal foi instrumentalizado por interesses mais poderosos e ocultos, provavelmente ligados às redes econômicas ilícitas e à oligarquia agrária local, que se sentiam ameaçados pelo projeto de governo de Dorcelina e viram na sua demissão humilhante a oportunidade perfeita para recrutar um executor. O crime, portanto, serve a uma dupla finalidade: resolver uma vendeta pessoal e, simultaneamente, eliminar uma ameaça política crucial para atores mais poderosos, que permanecem nas sombras, protegidos pela rede de poder informal.

O assassinato de Dorcelina Folador é um caso paradigmático de feminicídio político, um crime de gênero porque a condição de mulher de Dorcelina foi um fator agravante: a violência foi desencadeada pela sua recusa em se submeter à autoridade masculina (Jusmar) e pela sua ousadia em exercer um poder autônomo e firme (SEGATO, 2018). Foi político porque o seu corpo foi eliminado para interromper um projeto de transformação social que ameaçava os fundamentos do poder colonial, patriarcal e oligárquico local.

A morte de Dorcelina foi uma mensagem necropolítica (MBEMBE, 2018), uma mensagem dirigida a outras mulheres, a outros militantes, a qualquer um que ousasse desafiar a ordem: a punição para quem ameaça os interesses estabelecidos é a morte. A persistência do medo e do silêncio em Mundo Novo, décadas depois, atesta a eficácia desta mensagem terrorista. O crime não só eliminou uma líder, mas procurou matar a própria esperança de que uma governança ética, transparente e inclusiva fosse possível. A investigação que não conseguiu (ou não pôde) chegar a todos os mandantes é a prova final da resiliente colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) que Dorcelina tentou dismantelar e que, em última análise, a consumiu.

A investigação revelou uma teia complexa onde motivações pessoais e mesquinhas foram habilmente cooptadas por interesses sistêmicos mais amplos. A figura de Roldão

Teixeira de Carvalho, o despachante que facilitou o contato entre Jusmar e o pistoleiro, ilustra como violências pessoais são instrumentalizadas pela necropolítica (MBEMBE, 2018).

De acordo com Silva (2005), a motivação de Carvalho era uma vingança brutal devido a uma agressão sofrida durante a campanha de 1998 que, segundo ele, o deixou “impotente”. Esse detalhe biográfico não é meramente anedótico; ele demonstra como o corpo se torna o terreno onde disputas políticas são travadas com extrema crueza. Nesse contexto, a castração física de Carvalho e a “castração” política de Jusmar convergiram em um pacto de masculinidade ferida, no qual o assassinato de Dorcelina serviu como um rito de compensação. A eliminação do corpo feminino foi a via encontrada para que esses sujeitos retomassem, de forma violenta, a soberania que lhes fora subtraída, reafirmando a lógica do Patriarcado de Alta Intensidade (SEGATO, 2021) sobre o território de Mundo Novo.

O profundo ódio pessoal de Carvalho foi canalizado para servir como elo logístico num assassinato que, em última análise, servia a propósitos que iam muito além da sua vingança individual. A menção ao então prefeito em exercício, Valmir Souza (PMDB), e a intenção da delegada Sidnéia Tobias de investigar seu possível envolvimento, apontam para o cerne da questão: a suspeita de que o crime beneficia diretamente a cúpula do poder local (FOLHA DE S. PAULO, 1999a).

Nessa perspectiva, a evasão de Souza da imprensa e a necessidade de ouvir figuras-chave como o presidente da Câmara e o presidente do PMDB local indicam que a investigação esbarrava num muro de silêncio e conivência que protegia mandantes de alto escalão. O fato de o vice-prefeito, Kléber Correia da Silva (PMN), ser cunhado de Jusmar, criou uma oportunidade estrutural para o crime, sugerindo uma conivência ou, pelo menos, uma permeabilidade do poder formal às redes informais de violência.

Nesse contexto, a análise da motivação do crime transcende em muito a vingança pessoal. O tempo foi crucial: a receita da prefeitura estava a aumentar consideravelmente, impulsionada pelos royalties da hidrelétrica de Itaipu Binacional. Este influxo de recursos representava um “impulso ainda maior” para os cofres municipais e, conseqüentemente, um aumento exponencial do poder e do rent-seeking (ou busca de renda) associado ao controle da máquina pública.

A exoneração de Jusmar não significou apenas uma humilhação pessoal; significou a sua exclusão do acesso a estes recursos em crescimento. O assassinato de Dorcelina, portanto, visava muito mais do que vingança. Era uma manobra necropolítica para reaver o controle sobre o Estado e o fluxo de riqueza pública. Eliminando a prefeita, abria-se caminho para que a rede política a que Jusmar estava ligado — através do seu cunhado e vice-prefeito e de

aliados no PMDB — reassumisse o controle da prefeitura e dos seus recursos, restaurando o clientelismo e os acordos com as economias ilícitas que o projeto de Dorcelina ameaçava

O assassinato de Dorcelina Folador é a expressão máxima de como a colonialidade do poder opera na prática (QUIJANO, 2005). Não foi um crime passional ou um ajuste de contas isolado, foi um feminicídio político calculado, onde: ódios pessoais (de Jusmar, humilhado no seu masculino, e de Carvalho, violentado no seu corpo) foram mobilizados e instrumentalizados. Os interesses econômicos crescentes (os royalties de Itaipu) criaram uma motivação material poderosa para retomar o controle do Estado. Redes de poder informal (que ligavam políticos do PMDB e PMN, agentes do crime e figuras do judiciário) providenciaram a estrutura e a impunidade necessárias para a execução. A violência patriarcal serviu como mecanismo disciplinar para punir uma mulher que ousou desafiar a autoridade masculina e exercer poder de forma autônoma (SEGATO, 2018).

A convergência destes fatores revela que a matriz colonial de poder opera de forma tão visceral quanto sistêmica. A morte de Dorcelina foi uma operação necropolítica destinada a preservar uma ordem onde o Estado é um saque, a violência é uma ferramenta legítima de controle, e corpos que desafiam a hierarquia — especialmente corpos de mulheres pobres e com deficiência — são descartáveis (MBEMBE, 2018). O seu assassinato não foi a exceção, mas a regra brutal de um sistema que permanece vivo, como atesta o medo e o silêncio que persistem em Mundo Novo.

Os desdobramentos jurídicos e políticos posteriores ao assassinato de Dorcelina Folador não representaram a vitória da justiça, mas sim a consolidação da necropolítica e da impunidade estrutural que caracterizam a colonialidade do poder. A resposta do aparato estatal e político local demonstrou que as redes de ameaças eram elas mesmas, o sistema.

A nomeação de Jusmar Martins da Silva (já confesso envolvido no crime) para o cargo de Secretário da Fazenda pelo vice-prefeito Kléber Corrêa de Souza foi um ato de provocação e de poder obscuro (MST, 2024). Não foi um erro ou um lapso; foi uma demonstração de força. Era a mensagem clara de que os mandantes estavam de volta ao controle do Estado e que a morte da prefeita tinha sido um investimento político bem-sucedido. A nomeação era a prova viva de que o crime tinha aprovação tácita ou explícita das altas esferas do poder local. Os protestos populares, embora significativos, foram insuficientes para romper essa aliança cimentada dada pela cumplicidade e pelo interesse.

O avanço das investigações, que resultou na prisão dos envolvidos diretos, foi uma exceção à regra da impunidade, mas mesmo essa vitória parcial mostrou-se frágil e

temporária. A soltura temporária de Getúlio Machado em 2009, após pouco mais de uma década de pena, é o epílogo previsível desta história (CAMPO GRANDE NEWS, 2025). É a manifestação jurídica da colonialidade: a lei é aplicada de forma seletiva e sua rigidez é amortecida quando os condenados estão inseridos nas redes de poder que o próprio Estado reproduz.

O caso judicial seguiu o que, na Criminologia Crítica (SANTOS, 2007), é conhecido como o roteiro clássico dos crimes de elite: Prisão dos “laranjas” e dos executores diretos: O pistoleiro e os intermediários de baixo escalão (Jusmar, neste caso, funcionando como um mandante de fachada) são presos e condenados, criando a ilusão de que a justiça foi feita. Proteção dos mandantes finais: As investigações que apontavam para figuras mais poderosas, como o prefeito em exercício e a cúpula do PMDB, esbarraram em um muro de silêncio e não progrediram.

As alegações de “motivos pessoais” por parte de Jusmar e Carvalho foi estrategicamente útil para despolitizar o crime. Ao reduzir o assassinato a uma questão de humilhação e vingança sexual, a narrativa judicial e midiática obscureceu o cerne da questão: o assassinato foi uma operação política para eliminar uma líder que ameaçava um sistema de poder econômico e corrupto.

A complexa teia de poder em Mundo Novo revela-se não como um episódio histórico isolado, mas como um sistema necropolítico permanente e auto-regenerativo. A morte súbita e conveniente do ex-vice-prefeito Kléber Corrêa de Souza em 2004, às vésperas de um encontro com a investigadora Vilma Silva, é a evidência macabra de que a rede criminosa responsável pelo assassinato de Dorcelina mantinha sua operacionalidade anos depois (SILVA, 2005).

Sob essa ótica, a morte de Kléber Corrêa, oficialmente por “infarto pulmonar” aos 35 anos, possui todas as características de uma “queima de arquivo”. Este ato demonstra que o poder informal não hesita em eliminar os seus próprios agentes quando estes se tornam riscos de segurança, confirmando que a lógica da necropolítica (MBEMBE, 2018) — o poder de ditar quem morre — estende-se para além do alvo original para proteger a integridade do sistema como um todo. A morte de Kléber não foi um evento aleatório; foi uma mensagem de terror destinada a silenciar qualquer tentativa de desvendar os mandantes finais do crime, solidificando um pacto de silêncio através do medo.

A eliminação do vice-prefeito é, portanto, a garantia final do sistema de poder oligárquico. Se o feminicídio político de Dorcelina foi o ato pedagógico que puniu a transgressão de gênero, a execução sumária de Kléber foi o ato de manutenção que blindou os

verdadeiros mandantes. Este evento finaliza o ciclo necropolítico, garantindo a impunidade estrutural do sistema e reforçando o poder da máfia local sobre o Corpo-Território Político de Mundo Novo/MS.

1.5. Recontratação do Mandante do Crime

O desfecho imediato do crime já sinalizava a força da impunidade estrutural, com o processo jurídico falhando em dismantelar as redes de poder que possibilitaram a execução. Contudo, a persistência dessa ordem necropolítica se manifesta de forma ainda mais estarrecedora em março de 2025. Naquele ano, Jusmar Martins da Silva, condenado como mandante do assassinato de Dorcelina Folador, foi nomeado para um cargo na prefeitura de Mundo Novo. Este ato, ao reintroduzir o executor da violência na esfera do poder que tentou silenciar a prefeita, representou a reafirmação cínica do Patriarcado de Alta Intensidade e a tentativa de anulação simbólica da sua trajetória (SEGATO, 2018).

A reação a este ultraje foi imediata, sendo catalisada pela nota de repúdio emocionada emitida pela filha de Dorcelina (JÉSSICA FOLADOR apud CAMPO GRANDE NEWS, 2025), ato que mobilizou a memória ativa do seu legado e desencadeou uma intensa pressão popular e mediática. Foi essa mobilização que forçou Jusmar a pedir exoneração poucos dias depois. Esse ciclo demarca o campo exato de disputa desta pesquisa: a luta pela trajetória póstuma de Dorcelina contra um sistema que insiste em reafirmar seu direito de mando e morte. A mídia publicou a notícia da volta do mandante do crime à prefeitura de Mundo Novo às vésperas do Dia Internacional da Mulher, conforme o recorte da reportagem (CAMPO GRANDE NEWS, 2025).

Figura 5 - Dorcelina com sua filha Jéssica Folador



Fonte: Jornal Campo Grande News/2025

1.6. A Resistência de Jéssica Folador e a Violência Geracional

O anúncio da recontratação de Jusmar Martins da Silva pela prefeitura de Mundo Novo em março de 2025, na véspera do Dia Internacional da Mulher, não foi apenas um ato administrativo, mas uma provocação política calculada, que desafiou a memória e a ética pública. A resposta imediata e contundente veio da sociedade civil, personificada em Jéssica Folador, filha de Dorcelina, cuja voz se tornou o principal contra-arquivo diante da tentativa do sistema de legitimar o crime.

Jéssica reagiu ao que percebeu como um gesto do poder local de profanar o legado de sua mãe. Sua indignação transcendeu a esfera pessoal, alcançando a análise política e social, ela confrontou a frieza da justificativa legal de “ressocialização” usada pela prefeita Rosária Lucca, expondo a violência simbólica inerente ao ato. A declaração de Jéssica revela que o crime não se encerrou com a pena: “Não desejamos o mal a ele, mas quando insiste em voltar ao mesmo lugar e trabalhar como se nada tivesse acontecido, está mais uma vez matando minha mãe e pisando na memória dela” (JÉSSICA FOLADOR apud CAMPO GRANDE NEWS, 2025).

Nesta perspectiva, a recontratação atua como uma nova execução simbólica, um ato de feminicídio político continuado. O direito à ressocialização é instrumentalizado de forma perversa para recompensar um criminoso político no mesmo aparelho de Estado que ele ajudou a violar. A impunidade, portanto, assume uma função pedagógica e coercitiva, garantindo que a banalização do mal se mantenha como política de Estado.

Mais do que o ultraje ético, o relato de Jéssica traz a público a dimensão mais cruel da necropolítica (MBEMBE, 2018): o trauma geracional e o exílio imposto. Ela descreveu a vivência do pânico e do medo constante, que perdura há mais de duas décadas: “Nunca pude viver sem remédios, sem traumas, nunca pude apagar aquela cena da minha memória. A possibilidade de encontrá-lo causa pânico em mim e em nossa família” (JÉSSICA FOLADOR apud CAMPO GRANDE NEWS, 2025).

A impossibilidade de cura e a necessidade de distanciamento físico atestam que o poder de Jusmar, mesmo após a prisão, não desapareceu, mas foi oficializado pela prefeitura. O fato de Jéssica Folador residir há anos na Espanha é a prova mais eloquente da persistência da violência necropolítica no território de Mundo Novo, onde o medo imposto pelo mandante, reabilitado pelo Estado, obriga a vítima e sua família ao exílio forçado como única estratégia de segurança.

A pressão exercida pela voz de Jéssica Folador e pelos movimentos sociais (o custo moral elevado) elevou a recontratação de um ato político interno a um escândalo nacional. A

exoneração de Jusmar Martins da Silva, que se deu por meio de seu próprio pedido formal apenas uma semana após a nomeação para “não causar transtornos” ao município, não foi um erro administrativo corrigido. Foi uma vitória da resistência e do contra-arquivo. O pedido de renúncia de Jusmar comprova que o sistema de impunidade só recua quando a narrativa oficial é confrontada pela verdade da memória, transformando a luta de uma família em um ato de resistência política descolonizadora.

1.7. O Conflito Estrutural: A Banalização Legalizada e a Resistência da Memória

Conforme matéria divulgada, a justificativa da atual prefeita Rosária de Fátima Ivantes Lucca Andrade (PSDB) — de que ele “cumpriu sua pena” e que “ninguém pode questionar” sua nomeação — é a consagração jurídica da impunidade (CAMPO GRANDE NEWS, 2025).

Percebe-se, a banalização do mal elevada à política de Estado, ao equiparar a situação à de um ex-presidente, a prefeita não apenas revela uma profunda falta de sensibilidade moral, mas também reafirma o pacto de poder que sempre existiu: as estruturas políticas tradicionais (representadas pelo PSDB) normalizam e absorvem a violência das redes informais, desde que isso sirva aos seus interesses.

Desse modo, a explicação de “cumpriu sua pena” ignora deliberadamente a natureza política e de gênero do assassinato. Jusmar não cometeu um crime passional comum; ele foi o mandante de um feminicídio político destinado a derrubar um governo eleito democraticamente e interromper um projeto de transformação social. Ao reduzir o ato a uma mera falha individual já sanada, a Prefeita tenta apagar a dimensão institucional da violência, que visava a manutenção do poder oligárquico local.

A recontração de Jusmar é muito mais do que uma afronta à memória de Dorcelina; é a ressignificação pública do crime. Significa que o assassinato de uma prefeita em exercício por desafiar o poder estabelecido não é um ato condenável o suficiente para excluir perpetuamente seu executor do aparelho de Estado. Pelo contrário, o Estado, através da prefeitura, recompensa e reinsere o criminoso, enviando a mensagem inequívoca de que a violência política é uma estratégia legítima e sem consequências duradouras para quem está dentro do sistema. Sob essa ótica, Rita Laura Segato sintetiza esse paradoxo:

“O Estado entrega com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento

moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula” (SEGATO, 2012 pág. 6).

A análise do assassinato de Dorcelina Folador e seus desdobramentos ao longo de 25 anos revela não um caso isolado, mas a operação contínua de um sistema de poder colonial que se adapta, persiste e se regenera através de mecanismos formais e informais. A conclusão do caso demonstra a profunda banalização do mal no tecido político brasileiro.

Desse modo, instrumentaliza-se o direito: utiliza-se a letra da lei para violar seu espírito. O argumento de ressocialização é um uso perverso do aparato legal para fins de legitimação política. Recompensa ao criminoso: oferecer um cargo público — um lugar de confiança e autoridade no mesmo aparelho do Estado que ele ajudou a violentar — não é ressocialização; é uma recompensa e uma reafirmação do poder da rede criminosa.

A exoneração que ocorreu apenas uma semana após a nomeação e se deu por meio de seu próprio pedido formal, confirma que o ato inicial não foi um erro, mas um cálculo político que só foi revertido quando o custo social e a intensa pressão popular e midiática, liderada pela família Folador, tornaram o cargo insustentável para o sistema, forçando-o a ceder à demanda por decência pública.

Nesse sentido, o relato do interlocutor anônimo de prestígio, aqui definido como um sujeito que ocupa posições de relevância na estrutura institucional local e detém um "saber de bastidor", confirma que a rede de poder que vitimou Dorcelina não apenas sobreviveu, mas prosperou e se modernizou. As práticas ilícitas descritas, voto de “brasiguaios”, uso clientelista da saúde pública, são a versão contemporânea da mesma lógica colonial de controle do território e da população através da corrupção e da fraude. O medo deste interlocutor em se identificar é a prova mais eloquente de que o poder necropolítico, a capacidade de silenciar através do medo e da violência, permanece como a lei suprema em Mundo Novo.

A morte suspeita do ex-vice-prefeito Kléber Corrêa de Souza completa este quadro, transformando a necropolítica num sistema de gestão de riscos: elimina-se fisicamente não apenas os opositores externos de Dorcelina, mas também os elos fracos internos que podem se tornar ameaças (MBEMBE, 2018).

O assassinato de Dorcelina Folador e a persistente impunidade constituem um microcosmo da colonialidade do poder no Brasil (QUIJANO, 2005). É um sistema que elimina Corpos Dissidentes através do feminicídio político; coopta as Instituições (Judiciário, Executivo) para garantir impunidade e até mesmo recompensar os criminosos; e mantém o

Controle através do medo, da corrupção e da violência. Contudo, o legado de Dorcelina resiste.

Sua história, contada e recontada, torna-se um contra-arquivo poderoso. Ela expõe a brutalidade do sistema e, ao fazê-lo, nega-lhe a invisibilidade de que precisa para operar. A luta por justiça para Dorcelina transforma-se, assim, numa luta mais ampla: a de descolonizar o poder e a memória. Esta continuidade histórica do extermínio político de lideranças femininas encontrou um marco de resposta institucional nesta semana, com a condenação dos mandantes do caso Marielle Franco. Ao proferir seu voto, a Ministra Cármen Lúcia expressou a gravidade ética desse cenário ao afirmar que o julgamento lhe causava dor “pela impotência do Direito diante da vida dilacerada”, reconhecendo que, embora necessária, “a justiça humana não é capaz de apaziguar essa dor” (STF, 2026)

Ao questionar “quantas Marielles o Brasil permitirá que sejam assassinadas até que se ressuscite a ideia de justiça nesta pátria de tantas indignidades?”, a Ministra toca no cerne do que foi o caso Dorcelina em 1999: a soberba de estruturas criminosas que apostam na impunidade para manter sua soberania. Essa fala ampara a argumentação de que o corpo da mulher na política é alvo de uma misoginia sistêmica, onde matar torna-se “mais fácil” pela convivência das estruturas de poder. A condenação agora alcançada em 2026, portanto, não apenas pune os culpados, mas busca romper com a pedagogia da crueldade que há décadas tenta silenciar vozes como as de Dorcelina e Marielle.

CAPÍTULO 2 – MARCO TEÓRICO

Este capítulo estabelece as bases conceituais que orientam a presente pesquisa, configurando um olhar antropológico-crítico aplicado ao estudo do feminicídio político. Para tanto, mobiliza-se um conjunto articulado de referenciais teóricos, utilizando a Antropologia Política, Teoria Decolonial, Biopoder/Necropolítica e Estudos de Gênero, para que operem como lentes analíticas fundamentais para desvelar as tramas de dominação que atuam tanto nas arenas estatais formais quanto nas manifestações mais íntimas e cotidianas da opressão. O objetivo central é transcender análises centradas exclusivamente no Estado moderno, buscando compreender a estrutura profunda da violência política de gênero.

Nesse sentido, a pesquisa ancora-se na perspectiva historiográfica de Michelle Perrot (1990), que revela as raízes históricas do silenciamento feminino no espaço público, e na formulação teórica de Joan Scott (1995), que estabelece o gênero como uma categoria analítica incontornável para a compreensão das relações de poder. Essas contribuições permitem compreender que a exclusão das mulheres da política não é contingencial, mas estrutural, sustentada por dispositivos históricos, simbólicos e institucionais.

Em escala global, observa-se um padrão recorrente e perturbador: mulheres que ascendem a posições de liderança (prefeitas, ativistas, defensoras ambientais e lideranças comunitárias) são sistematicamente silenciadas por meio da violência e do assassinato. Trata-se de uma prática que não pode ser compreendida como crime aleatório ou episódico, mas como uma estratégia política de eliminação de corpos que desafiam ordens estabelecidas. Análises tradicionais, centradas exclusivamente nas instituições estatais formais ou na tipificação penal isolada desses eventos, mostram-se insuficientes para captar a natureza sistêmica dessa violência, pois tendem a negligenciar as estruturas de poder que a produzem, legitimam e reproduzem.

Como antropóloga, o ponto de partida desta análise é a compreensão do político para além das estruturas institucionais formais. A Antropologia Política oferece ferramentas conceituais para o estudo das relações de poder, autoridade e governança a partir de uma perspectiva etnográfica, reconhecendo que o poder opera em múltiplas escalas e atravessa as relações sociais cotidianas. Dessa forma, esta pesquisa busca evidenciar práticas políticas não estatais e informais que, frequentemente, permanecem invisibilizadas, mas que são centrais para compreender a violência política de gênero como estratégia de dominação e silenciamento dirigida a mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em seus territórios.

2.1. A Relação Tradicional com o Estado: Sociedades “Com” e “Sem” Estado

Historicamente, a Antropologia Política dedicou-se ao estudo de sociedades classificadas como “sem Estado”, buscando compreender como a ordem social e política se mantinha na ausência de instituições centralizadas (EVANS-PRITCHARD, 1940). Embora essa dicotomia seja atualmente problematizada, ela foi fundamental para demonstrar que a política não se restringe ao modelo estatal ocidental. Pierre Clastres, em *A Sociedade Contra o Estado* (1974), radicaliza essa perspectiva ao argumentar que determinadas organizações sociais se estruturam ativamente contra a centralização do poder, revelando uma política intrínseca à resistência à dominação.

Com o declínio do colonialismo, a Antropologia Política ampliou seu foco analítico para o estudo do Estado moderno, compreendido não como uma entidade abstrata e monolítica, mas como um fenômeno culturalmente construído e socialmente vivido. O Estado passa a ser analisado como um conjunto de instituições, símbolos, discursos e práticas que são permanentemente negociados, contestados e reproduzidos. A abordagem antropológica pergunta como o Estado é produzido no cotidiano, investigando a efetivação das regras, desmistificando sua pretensa neutralidade e evidenciando as contradições internas e a seletividade com que a autoridade é exercida, sobretudo nas relações com grupos subalternizados e territórios periféricos.

É precisamente nesse campo de contradições que esta pesquisa se insere. Ao abordar o caso Dorcelina Folador, a Antropologia Política possibilita analisar como o Estado, em sua manifestação local e fronteiriça, se articula com poderes informais e masculinistas, tornando-se cúmplice da violência política de gênero. A impunidade que se segue ao assassinato revela a seletividade da autoridade estatal e evidencia que a política também se manifesta na resistência popular, no luto coletivo e nas formas de contestação que emergem após o crime.

2.2. Antropologia Jurídica: A Impunidade como Agente e a Lei em Ação

Sob a perspectiva da Antropologia Jurídica, esta pesquisa analisa a distância entre o “direito nos livros” e o “direito em ação” (GARAPON, 1996), compreendendo o sistema jurídico não como um árbitro neutro, mas como um agente ativo na produção de violência simbólica e na manutenção da impunidade. O direito é aqui concebido como prática social situada, atravessada por relações de poder, colonialidade e gênero.

O assassinato de Dorcelina Folador, ocorrido em 1999, antecede a promulgação de marcos legais fundamentais para a proteção das mulheres no Brasil, como a Lei Maria da

Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015). Contudo, mesmo à época, o sistema de justiça dispunha de elementos suficientes para reconhecer a dimensão política do crime, considerando as disputas de poder e as ameaças enfrentadas pela prefeita. O enquadramento do assassinato como crime comum ou passional, bem como as dificuldades posteriores na responsabilização dos mandantes, evidenciam que a falha não foi apenas legislativa, mas sobretudo interpretativa.

Mesmo após a promulgação da Lei do Feminicídio, o sistema judicial brasileiro enfrenta dificuldades recorrentes para reconhecer e processar a violência política de gênero. Tal persistência indica que o problema reside menos na ausência de normas e mais na permanência da Colonialidade do Ser (MALDONADO-TORRES, 2012) e da Violência Simbólica (BOURDIEU, 2000) que atravessam as instituições jurídicas, limitando sua capacidade de reconhecer o valor político de corpos que desafiam a matriz de poder hegemônica. Assim, o caso Folador ilustra como o processo legal pode reforçar as estruturas de poder que o ativismo da prefeita buscava desestabilizar, culminando na lógica da descartabilidade própria da necropolítica.

2.3. O Estado de Exceção Local e a Impunidade como Prática

A Antropologia Jurídica também oferece instrumentos analíticos para compreender contextos nos quais o direito formal se desarticula, dando lugar a práticas sistemáticas de exceção. Inspirada nas reflexões de Agamben (2004) sobre o Estado de Exceção e na formulação da Necropolítica de Achille Mbembe (2018), esta pesquisa mobiliza o conceito de Estado de Exceção Local para descrever situações em que a lei é suspensa ou instrumentalizada por poderes informais, reduzindo determinadas populações à condição de vida nua.

No caso de Dorcelina Folador, a impunidade se configura como expressão de um poder patriarcal-oligárquico que se sobrepõe ao sistema jurídico, instaurando uma zona de não-direito. A violência letal contra a prefeita e os desdobramentos posteriores do caso demonstram como a soberania local opera seletivamente, definindo quais vidas são protegidas e quais podem ser eliminadas sem consequências. O feminicídio político, nesse contexto, materializa a lógica necropolítica ao legitimar o exercício soberano da morte como mecanismo de manutenção da ordem.

2.4. A Dimensão Simbólica da Violência: O Ato como Texto de Poder

Para compreender a violência extrema dirigida a lideranças políticas femininas, é necessário decifrar sua dimensão simbólica. A Antropologia Interpretativa (GEERTZ, 1989) permite analisar a violência como uma performance de poder, um ato comunicativo que ultrapassa o plano do fato para produzir significados sociais. O feminicídio político pode, assim, ser lido como um texto cultural que exige uma descrição densa.

Nessa perspectiva, o corpo da vítima converte-se em símbolo político sobre o qual se disputa o controle do território e da ordem social. Conforme Peirano (2002), o ato violento opera como linguagem, funcionando como ritual de dominação que reafirma a supremacia das estruturas oligárquicas e patriarcais. Trata-se de uma violência performativa que busca reinscrever a ordem de gênero ameaçada pela agência feminina.

A Violência Simbólica, conforme formulada por Bourdieu (2000), antecede e sustenta a violência física, operando por meio da naturalização das hierarquias e da deslegitimação da agência feminina. No feminicídio político, esse processo ocorre em duas etapas: inicialmente, pela desqualificação pública da liderança feminina por meio de estereótipos de gênero; posteriormente, pela despolitização do assassinato, reduzido a crime privado ou passional, impedindo o luto político e legitimando a impunidade.

Em última análise, a Violência Simbólica atua como a infraestrutura ideológica que torna o corpo da líder feminina um alvo legítimo no imaginário social e jurídico. Ao garantir que o assassinato não seja lido como um ataque à democracia, o sistema opera uma dupla eliminação: a morte física e o apagamento da agência política. Este silenciamento, que impede o luto social pleno, foi desafiado nesta semana pelas vozes de Anielle Franco e Mônica Benício após a condenação dos mandantes do caso Marielle.

Ao afirmarem que a justiça é indispensável para a democracia, elas subvertem a lógica da necropolítica. No entanto, é preciso pontuar que essa condenação em 2026 não apaga a falha estrutural do Estado, que por décadas negligenciou a investigação e, em diversas instâncias, protegeu os articuladores do crime, assim como ocorreu no caso de Dorcelina Folador em 1999. Se o sistema declarou o corpo da líder transgressora como passível de eliminação, a resposta arrancada do Estado em 2026 demonstra que a democracia é incompatível com o feminicídio político. A luta por justiça, portanto, não é uma concessão do Estado, mas uma afirmação pública de que a “morte física” falhou em operar o “apagamento simbólico” pretendido por aqueles que o próprio Estado, outrora, abrigou.

2.5. Conceituação de Gênero: Da Construção Social à Performatividade

A categoria analítica de gênero é central para compreender a violência política como fenômeno estrutural. Michelle Perrot (1990) demonstra que o silenciamento das mulheres na esfera pública resulta de uma construção histórica deliberada que confinou o feminino ao espaço doméstico. O assassinato de uma prefeita, nesse sentido, constitui uma tentativa de restauração desse silêncio histórico.

Joan Scott (1995) aprofunda essa compreensão ao definir o gênero como uma categoria analítica do poder, isto é, como forma primária de significar as relações de força. A violência política dirigida a Dorcelina Folador não se volta apenas contra um indivíduo, mas contra o que sua presença simboliza: a ruptura da autoridade masculina sobre o território político.

Judith Butler (2003) amplia essa análise ao conceber o gênero como performatividade, resultado da repetição regulada de atos. A atuação política de Dorcelina, mulher com deficiência, líder popular e gestora pública, constituiu uma performance radical que desestabilizou a matriz heteronormativa e patriarcal local, tornando seu corpo um alvo da necropolítica.

2.6. Violência de Gênero: Da Ação Individual à Estratégia Política

A Violência de Gênero constitui o principal mecanismo de manutenção da hierarquia social, distinguindo-se da violência comum por estar diretamente associada à reprodução da desigualdade entre os gêneros. A definição consagrada pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) reconhece essa violência em seu Artigo 5º, como: "[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano patrimonial".

No âmbito da esfera pública, a Violência Política de Gênero, tipificada pela Lei nº 14.192/2021, avançou ao estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência contra a mulher no exercício de seus direitos políticos. Em seu Artigo 3º, a lei define que: "Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher".

Esta categoria jurídica permite compreender o feminicídio político como uma estratégia deliberada de controle social. No caso de Dorcelina Folador, a violência física foi o ápice de um processo de "humilhação, desprezo ou preconceito à condição de mulher", conduta hoje expressamente proibida pelo Artigo 326-B do Código Eleitoral (incluído pela Lei de 2021), que visa afastar mulheres dos espaços de deliberação. O assassinato da prefeita,

portanto, não foi um evento isolado, mas a execução final de uma série de violações que o Estado brasileiro demorou décadas para nomear e legislar.

Nesta perspectiva teórica, o ato violento é um instrumento usado para manter o monopólio do poder por grupos historicamente privilegiados (masculinos, brancos, oligárquicos). Nota-se que a hegemonia é ameaçada, mulheres em cargos de liderança são vistas como uma ameaça existencial aos privilégios políticos masculinos (BIROLI, 2020).

A violência é, portanto, uma estratégia de controle social para afastar o feminino do espaço de deliberação, induzir o medo e o desestímulo, garantindo a sub-representação feminina e a perpetuação da estrutura androcêntrica da sociedade.

2.7. A Lógica de Dominação de Gênero: O Patriarcado em Perspectiva Histórica e Crítica

A compreensão do patriarcado é fundamental para esta dissertação, pois ele constitui um sistema de poder que estrutura as relações sociais e políticas, sendo um dos pilares da violência de gênero, incluindo o feminicídio político. Longe de ser um conceito monolítico, o patriarcado aqui é abordado por diversas perspectivas que revelam sua complexidade histórica, social e comunicativa.

De acordo com a historiadora Gerda Lerner, em sua obra *A Criação do Patriarcado* (LERNER, 1986/2019), o patriarcado não é natural, mas sim um produto de um desenvolvimento histórico que se consolidou ao longo de cerca de 2.500 anos no Antigo Oriente Próximo. Para ela, o patriarcado é a “manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres e crianças na família e a extensão desse domínio masculino sobre as mulheres na sociedade em geral”.

Lerner demonstra como a subordinação feminina se deu através de um complexo processo que inclui a apropriação da capacidade reprodutiva, a institucionalização da escravidão feminina, o controle da sexualidade feminina e a exclusão das mulheres do processo de significação e interpretação da história. Assim, o patriarcado, em sua dimensão histórica e institucionalizada, opera na política por meio de mecanismos que visam silenciar, invisibilizar e, por fim, eliminar as mulheres que ousam ascender e exercer sua autonomia.

Complementando a análise histórica, Carole Pateman, em *O Contrato Sexual* (1993), desvela como o patriarcado moderno se constitui e se legitima através da própria teoria do contrato social que funda as sociedades liberais ocidentais. Pateman demonstra que, subjacente ao contrato social que os homens livres estabelecem entre si, existe um “**contrato sexual**” implícito que garante o direito político dos homens sobre as mulheres. Isso significa

que a esfera pública, onde a política acontece, é construída como um espaço de liberdade para o homem, enquanto a mulher é relegada ao privado, sem o mesmo reconhecimento de sua agência política. A promessa de liberdade e igualdade do liberalismo é, portanto, patriarcal em sua essência.

Contudo, na visão de Rita Segato, o patriarcado se manifesta em diferentes intensidades e tem uma função crucial na manutenção da ordem social:

- Patriarcado de Baixa Intensidade: O patriarcado “cotidiano”, que se manifesta nas relações invisíveis, na subordinação simbólica da mulher.
- Patriarcado de Alta Intensidade: Emerge em situações de crise ou quando a ordem social está sendo questionada. É aqui que a violência se torna explícita e espetacular.

A conjugação dessas perspectivas teóricas revela a tripla dimensão do sistema de dominação de gênero que fundamenta a violência política. O Patriarcado opera simultaneamente como um sistema histórico e institucionalizado (LERNER, 1986/2019), que exclui as mulheres do processo de significação; como um contrato político (PATEMAN, 1993), que nega a agência feminina na esfera pública; e como uma estratégia de alta intensidade (SEGATO, 2018), que utiliza o feminicídio como um ato pedagógico para reafirmar a soberania masculina quando essa ordem é ameaçada.

Nesse sentido, o assassinato de Dorcelina Folador condensa essa lógica, pois ao ser uma mulher com deficiência, líder de movimento social e gestora pública que atacava a economia ilícita, ela violou o contrato sexual em todos os seus níveis. Sua eliminação, impulsionada pelo Mandato de Masculinidade, foi a resposta sistêmica necessária para restaurar a ordem, marcando o ato como a expressão máxima do Patriarcado de Alta Intensidade no Corpo-Território Político.

Nesse sentido, o conceito de feminicídio político emerge, nesta pesquisa, como categoria analítica central para a compreensão das formas extremas de violência dirigidas a mulheres que atuam no espaço público e político. Ao articular colonialidade, necropolítica e patriarcado de alta intensidade, o feminicídio político permite nomear práticas sistemáticas de eliminação de corpos dissidentes, cuja finalidade não se restringe à morte física, mas à restauração simbólica e material de uma ordem patriarcal, colonial e autoritária percebida como ameaçada.

Diferentemente de outras formas de feminicídio, o feminicídio político se caracteriza pela intencionalidade explícita de silenciar trajetórias femininas que desafiam estruturas consolidadas de poder. Trata-se de um mecanismo de controle social que atua de maneira

exemplar, produzindo medo, retração e desmobilização coletiva. A morte de uma mulher engajada politicamente não se encerra em si mesma, mas opera como mensagem dirigida a outras mulheres e grupos subalternizados, delimitando os limites toleráveis da participação política feminina.

Essa forma de violência encontra respaldo na racionalidade necropolítica descrita por Achille Mbembe (2018), segundo a qual o poder soberano se manifesta pela capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer.

Achille Mbembe desenvolveu, uma nova compreensão do pensamento de Michel Foucault acerca do seu referencial teórico biopolítico: trata-se do conceito de necropolítica. Para o autor, apesar da noção de biopolítica (política da vida) representar um importante ponto de partida para o estudo da regulação das populações, na atualidade, em contextos e países distintos, mas prioritariamente em países periféricos, a necropolítica (política de morte) tem predominado. Nesse sentido, ele destaca que o conceito de “biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” e que a proliferação de armas, as ocupações coloniais, as guerras e a existência de mundos de morte que representam “formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos” confirmam a existência de práticas necropolíticas (MBEMBE, 2018, p. 71).

No contexto do feminicídio político, essa decisão é atravessada por marcadores de gênero, raça, classe e território, revelando que determinadas mulheres são consideradas matáveis em razão de sua posição social e de sua atuação política. Assim, a necropolítica de gênero evidencia que a morte não é distribuída de maneira aleatória, mas segundo hierarquias historicamente construídas.

A colonialidade do poder, conforme Aníbal Quijano (2005), fornece a base estrutural para essa hierarquização, ao naturalizar a exclusão de determinados sujeitos dos espaços legítimos de decisão. Mulheres que rompem com papéis tradicionais de gênero e ocupam funções de liderança política passam a ser percebidas como corpos fora de lugar, cuja eliminação se torna socialmente tolerável ou, em certos contextos, legitimada. Nesse sentido, o feminicídio político revela a persistência de uma lógica colonial que associa autoridade, racionalidade e poder ao masculino.

O patriarcado de alta intensidade, conforme discutido por autoras feministas latino-americanas, aprofunda essa análise ao evidenciar que a violência letal contra mulheres políticas não é um desvio, mas parte constitutiva de sistemas de dominação que combinam autoritarismo, misoginia e práticas coloniais de controle. A eliminação dessas mulheres

funciona como estratégia de manutenção de privilégios e de contenção de processos democráticos que ampliam a participação feminina e popular.

Dessa forma, compreender o feminicídio político como expressão máxima da necropolítica de gênero implica reconhecer que essas mortes são profundamente políticas, tanto em suas causas quanto em seus efeitos. Elas revelam os limites da democracia em contextos marcados por desigualdades estruturais e expõem a violência como instrumento recorrente de regulação do campo político. Ao nomear o feminicídio político, esta pesquisa reivindica não apenas uma categoria analítica, mas um posicionamento crítico que recusa o silenciamento dessas mortes e afirma seu caráter estrutural e histórico.

2.8. A Teoria Decolonial e o Exercício Soberano da Morte

A Teoria Decolonial, conforme formulada por Aníbal Quijano (2005), permite compreender o feminicídio político como uma expressão histórica e estrutural da colonialidade do poder, na medida em que revela a persistência de hierarquias coloniais que organizam o mundo social a partir da classificação racial, de gênero e territorial. Nesse sentido, a violência extrema dirigida a mulheres que ocupam espaços de visibilidade política não pode ser interpretada como um evento isolado ou excepcional, mas como parte de um regime de dominação que autoriza a eliminação de determinados corpos considerados ameaçadores à ordem hegemônica.

A noção de colonialidade do ser aprofunda essa análise ao evidenciar que certos sujeitos são historicamente produzidos como vidas descartáveis, cujas existências são marcadas pela desumanização e pela negação de reconhecimento pleno. Essa lógica dialoga com a noção foucaultiana de biopoder (FOUCAULT, 2005), segundo a qual o poder moderno se exerce por meio da gestão diferencial da vida, estabelecendo quais corpos devem ser protegidos e quais podem ser expostos à morte.

Contudo, como aponta Mbembe (2018), em contextos marcados por heranças coloniais e desigualdades estruturais, essa racionalidade é radicalizada, sendo insuficiente para explicar as formas contemporâneas de violência. Nesses cenários, o poder soberano não apenas regula a vida, mas opera diretamente pela produção da morte, configurando o que o autor denomina de necropolítica.

Nesse enquadramento, o feminicídio político pode ser compreendido como uma tecnologia de poder que atua simultaneamente no plano material e simbólico. Não se trata apenas da eliminação física de lideranças femininas, mas também da produção de um efeito disciplinador sobre outras mulheres, especialmente aquelas situadas em territórios periféricos

ou fronteiriços, que ousam disputar espaços de decisão política. A morte, nesse contexto, opera como mensagem e como advertência, reafirmando limites impostos à participação feminina no campo político.

Judith Butler (2015) contribui de forma decisiva para essa discussão ao problematizar as noções de precariedade e enlutabilidade, demonstrando que nem todas as vidas são igualmente reconhecidas como passíveis de luto. A necropolítica, ao definir quais mortes são socialmente lamentáveis e quais permanecem silenciadas ou naturalizadas, revela uma gramática moral que hierarquiza a dor e o sofrimento. Assim, a morte de mulheres engajadas politicamente tende a ser despolitizada, esvaziada de seu caráter estrutural, reforçando o apagamento de suas trajetórias e de suas lutas.

A perspectiva de Lorena Cabnal (2010), por meio do conceito de Corpo-Território Político, amplia essa análise ao evidenciar que a violência contra mulheres ativistas deve ser compreendida também como uma estratégia de controle e espoliação territorial. Para a autora, o corpo das mulheres — especialmente das mulheres indígenas, camponesas e politicamente organizadas — não pode ser dissociado do território que habitam, produzem e defendem. Assim, o ataque ao corpo feminino é, simultaneamente, um ataque ao território, à coletividade e às formas de organização política que desafiam projetos hegemônicos de poder.

Essa compreensão dialoga diretamente com as contribuições de Rita Segato (2016; 2021), que analisa a violência extrema contra mulheres como uma pedagogia da crueldade e como tecnologia de poder destinada a reinscrever a soberania patriarcal sobre corpos e territórios. Para Segato, o corpo feminino funciona como superfície privilegiada de inscrição das mensagens do poder, sendo utilizado como campo simbólico onde se afirma a autoridade masculina, estatal ou paraestatal. Nessa chave analítica, a violência contra mulheres líderes não se dirige apenas à vítima individual, mas comunica-se com a comunidade, produzindo medo, disciplina e controle social.

Ao articular Cabnal e Segato, esta pesquisa compreende o corpo feminino como território político estratégico, cuja violação opera como mecanismo de dominação colonial e patriarcal. O feminicídio político, nesse sentido, não representa apenas a eliminação de uma liderança feminina, mas um ato soberano de reafirmação do poder sobre territórios em disputa, sobre projetos coletivos de organização e sobre a própria memória política dessas mulheres. Trata-se, portanto, de uma violência que se inscreve em disputas mais amplas envolvendo soberania, território e memória, revelando a centralidade do corpo das mulheres como campo de batalha do poder contemporâneo.

Por fim, a abordagem interseccional, conforme desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989) e Patricia Hill Collins (1990), permite compreender como gênero, classe, deficiência e território se articulam na produção da violência dirigida a determinadas mulheres. No caso de Dorcelina Folador, essas dimensões não operam de forma isolada, mas se entrecruzam, produzindo uma vulnerabilidade específica que a expõe de maneira diferenciada à violência política letal. Assim, o feminicídio político emerge como resultado de múltiplas camadas de opressão, ancoradas em uma racionalidade colonial que persiste na organização do poder contemporâneo.

Dessa forma, a compreensão do feminicídio político exige, ainda, considerar os contextos territoriais e simbólicos nos quais essa violência se inscreve. Em territórios de fronteira, entendidos não apenas como delimitações geográficas, mas como espaços sociais marcados pela porosidade institucional e pela sobreposição de ordens normativas, as disputas de poder tendem a se intensificar. Nesses contextos, a autoridade estatal frequentemente se apresenta de forma fragmentada, coexistindo com poderes informais e arranjos oligárquicos que regulam a vida social por meio de pactos e mecanismos de coerção. A atuação de lideranças femininas nesses espaços desafia simultaneamente a ordem de gênero e estruturas históricas de poder territorial e econômico, fazendo com que o feminicídio político opere como mecanismo de restauração de uma ordem ameaçada.

Para além de sua dimensão territorial, o feminicídio político também se desdobra em disputas simbólicas, especialmente no campo da memória e do luto. O assassinato de uma liderança feminina não se encerra no ato da morte, mas se prolonga nas tentativas de apagamento de sua trajetória e de sua atuação política. O silenciamento, nesse sentido, constitui uma continuidade da violência, impedindo que a morte seja reconhecida como perda coletiva e como atentado à democracia. A impossibilidade do luto político pleno atua como mecanismo de manutenção da ordem patriarcal, ao dificultar a transformação da dor em mobilização e resistência. Em contrapartida, práticas de memória, narrativas locais e formas de reexistência operam como estratégias de enfrentamento desse apagamento, reinscrevendo essas mulheres como símbolos de luta.

Nesse quadro, o feminicídio político também evidencia os limites da democracia representativa em contextos atravessados por colonialidade, patriarcado e desigualdades estruturais. A presença de mulheres em cargos eletivos, embora represente um avanço formal, não garante o acesso efetivo ao poder e pode, inclusive, desencadear reações violentas destinadas a reafirmar hierarquias. A violência extrema contra mulheres na política revela

que o acesso institucional não equivale à plena inserção no campo do poder, especialmente em territórios onde a política é regulada por lógicas informais e coercitivas.

2.9. Considerações Finais do Capítulo: A Lente Analítica Integrada

Este capítulo estabeleceu o arcabouço teórico-conceitual que fundamenta a análise do caso Dorcelina Folador, articulando Antropologia Política, Estudos de Gênero e Teoria Decolonial em uma lente interpretativa integrada. As categorias mobilizadas permitem compreender o feminicídio político como expressão de uma engrenagem de poder informal, patriarcal e oligárquica, fornecendo a base analítica necessária para a leitura dos dados etnográficos e documentais explorados nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

3.1. A Etnografia Dos Arquivos Silenciosos

A Antropologia, em sua vocação mais profunda, consiste na arte de transformar o familiar em algo estranho e, por meio do estranhamento, desvelar os significados culturais que sustentam a vida social. Nesta pesquisa, tal postura desloca-se para um campo atípico: o arquivo de Estado, entendido não como um repositório neutro de informações, mas como um espaço privilegiado de produção, silenciamento e negociação da memória social sobre o assassinato de Dorcelina Folador.

Assume-se, assim, uma posição explicitamente interpretativa e crítica. O objetivo não é a simples reconstrução factual do feminicídio político, mas a compreensão do evento enquanto um conjunto de discursos, práticas e enquadramentos institucionais que moldaram sua inteligibilidade pública, jurídica e histórica. O desafio metodológico consiste em realizar uma etnografia que opere sobre a ausência e sobre a temporalidade, lidando com vozes silenciadas e com narrativas cristalizadas no tempo.

O enquadramento midiático e jurídico do crime, que sistematicamente suprimiu sua dimensão de gênero ao reduzi-lo a um “conflito político”, exige uma intervenção analítica deliberada. A pesquisa assume, portanto, o compromisso de demonstrar como a linguagem do Estado e da imprensa reconfigurou o feminicídio político em uma categoria supostamente neutra, apagando a centralidade da vulnerabilidade, da agência e da condição de gênero de Dorcelina.

À luz da formulação de Clifford Geertz, segundo a qual a interpretação antropológica pode produzir conhecimento que “não depende de estar na presença de alguém que fala” (GEERTZ, 2008), este estudo encontra seu princípio metodológico fundamental. No caso de Dorcelina, cuja voz foi brutalmente interrompida, autos judiciais, reportagens jornalísticas e registros institucionais constituem os “textos” fixados do evento. A tarefa etnográfica consiste em ler esses textos “por sobre os ombros do Estado”, desdobrando suas camadas de significado por meio da Descrição Densa.

Para tanto, articula-se o rigor da Etnografia de Arquivo (STOLER, 2009) com o instrumental crítico de Mariza Peirano (2002) e a fundação interpretativa de Clifford Geertz (2008). Essa combinação conforma uma metodologia intrinsecamente multissituada, forçada a acompanhar a dispersão do fenômeno entre a frieza do documento oficial e o calor do “burburinho” da memória social. O presente capítulo explicita essa fundação conceitual e sua

operacionalização, demonstrando como a crítica à eficácia performativa do Estado se articula ao resgate da agência política de Dorcelina Folador.

3.2. A Descrição Densa dos Textos do Crime

A base teórica desta metodologia encontra-se na Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, para quem a cultura é essencialmente semiótica e a Antropologia constitui uma ciência interpretativa voltada à busca de significado. No contexto desta pesquisa, o feminicídio político, a atuação estatal e a memória comunitária são tratados como textos culturais, passíveis de leitura e interpretação em suas múltiplas camadas de sentido. O instrumento central para essa leitura é a Descrição Densa.

O imperativo da Descrição Densa permite ultrapassar a mera descrição do evento bruto para acessar as estruturas de significação que informam tanto o ato violento quanto suas narrativas subsequentes. Isso implica, primeiramente, contextualizar o crime no universo de códigos, relações de poder e hierarquias próprias da fronteira agrária. Em seguida, exige interpretar as ironias e os deslocamentos discursivos que fazem com que a linguagem oficial do “conflito político” encobre a violência de gênero. Por fim, trata-se de distinguir o tique superficial — o conflito político — da piscadela profunda: o feminicídio político enquanto estratégia de silenciamento.

A interpretação na ausência da voz assume, aqui, um caráter literal e ético. A pesquisa não busca a voz presente da informante principal, mas interpreta os discursos fixados nos documentos e nas memórias que sobreviveram ao crime. Autos judiciais e reportagens jornalísticas configuram a materialização textual da fala estatal e midiática. A Descrição Densa será aplicada para expor as contradições entre a linguagem oficial, que silencia o gênero e os vestígios da agência de Dorcelina, ainda latentes nos registros formais e no “burburinho” comunitário. Assim, o rigor interpretativo Geertziano permite produzir uma voz analítica a partir da ausência.

3.3. O Campo Fixado: Etnografia de Arquivo e Rastreamento de Narrativas

Se Geertz oferece a chave interpretativa para a leitura dos textos, a Etnografia de Arquivo define o campo empírico da pesquisa. Essa abordagem rejeita a concepção do arquivo como simples depósito de dados históricos e o compreende como um campo constituído por material arquivado (STOLER, 2009), no qual se materializam as relações de poder e as operações do Estado.

Em diálogo com Ann Laura Stoler, o arquivo é concebido como um repositório de “ausências carregadas” e de desvios reveladores. A leitura “contra o grão” implica atenção

não apenas ao que foi registrado, mas sobretudo ao que foi silenciado, omitido ou reconfigurado. No caso de Dorcelina Folador, a despolitização do crime e o apagamento da dimensão de gênero encontram sua materialidade nas escolhas burocráticas que enquadraram o assassinato como “conflito político”.

A pesquisa, nesse sentido, identifica o arquivo como o espaço de cristalização da tentativa estatal de apagar a agência política de Dorcelina. A etnografia assume caráter multi situado ao rastrear a dispersão desse discurso por diferentes arenas documentais: o arquivo burocrático-judicial, no qual a linguagem técnica opera a neutralização do crime; o arquivo midiático, responsável pela circulação pública do enquadramento despolitizado; e o arquivo da memória popular, entendido como um contra-arquivo vivo de resistência.

A crítica de Mariza Peirano (2002) complementa esse percurso ao oferecer instrumentos para compreender a eficácia performativa da linguagem estatal. O conceito da relação entre “o dito e o feito” permite analisar como o discurso burocrático não apenas descreve, mas produz a realidade social. No caso em questão, o “dito” realiza o “feito” da despolitização, deslocando o feminicídio político para a esfera da criminalidade comum.

A articulação entre Peirano e Geertz possibilita uma inversão metodológica: buscar, nos vestígios documentais e nos burburinhos da memória social, o contra-discurso que desafia a versão oficial. Assim, evidencia-se que Dorcelina foi assassinada não apenas por deter poder, mas por ser uma mulher que ousou exercê-lo. Ler os silêncios do arquivo torna-se, portanto, condição para a restituição da verdade política e de gênero do crime.

3.4. O corpus Documental e a Etnografia Multissituada: Arquivos e Contra-Arquivos

A natureza multissituada da pesquisa exige a triangulação de diferentes fontes que, em conjunto, constituem o arquivo e o contra-arquivo do feminicídio político de Dorcelina Folador. O corpus empírico foi estruturado em três conjuntos de dados centrais, rastreados e sistematizados no biênio 2024-2025 e atualizados à luz dos desdobramentos jurídicos de 2026.

O primeiro conjunto é composto por documentos oficiais, autos do inquérito policial e do processo judicial (1999–2010), nos quais se analisam as formas de tipificação do crime, as motivações oficiais atribuídas e a ausência sistemática da categoria gênero. A análise privilegia a identificação da linguagem técnica como operador de silenciamento, à luz do conceito de “dito e feito” (PEIRANO, 2002), observando como o Estado “fala” através do papel para burocratizar a barbárie.

O segundo conjunto corresponde à cobertura jornalística do assassinato e seus desdobramentos, abrangendo desde o impacto imediato em 1999 até os marcos históricos de 2026. Foram examinados veículos de circulação nacional, como a Folha de S.Paulo e o Estadão, que enquadraram o crime sob a ótica da violência agrária e dos conflitos de fronteira, e a imprensa regional de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Correio do Estado, Campo Grande News e o Jornal do MS. Nesses arquivos, o foco recai sobre os léxicos e enquadramentos narrativos que, ao reiterarem a noção de “conflito político local”, acabam por marginalizar ou distorcer a dimensão do feminicídio político, tratando a execução como um subproduto inevitável das disputas oligárquicas.

O terceiro conjunto, que atua como o contra-arquivo fundamental desta pesquisa, é constituído pelas etnografias orais e relatos de campo. Este acervo reúne entrevistas com interlocutores que vivenciaram a trajetória de Dorcelina Folador, lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e figuras da rede afetiva e política de Dorcelina. Ao recuperar o “burburinho” da memória social (STOLER, 2009), estas vozes preenchem as lacunas deixadas pela frieza dos autos, revelando as tramas de poder, as ameaças latentes e as violências de gênero que a documentação oficial falhou em registrar. É na oralidade que o corpo de Dorcelina deixa de ser apenas um dado processual para reassumir sua agência como símbolo de resistência e terreno de disputa política.

3.5. O Contra-Arquivo da Memória Viva: Interlocutores Anônimos

O corpus etnográfico inclui narrativas de quatro interlocutores-chave vinculados ao contexto político e social de Mundo Novo/MS. Esses interlocutores constituem o “burburinho” (PEIRANO 2002), entendido como memória subterrânea que resiste ao apagamento oficial. Por se tratar de um território marcado pela violência política, todos os interlocutores foram mantidos sob anonimato absoluto. Suas narrativas são tratadas como evidência etnográfica da persistência da colonialidade do poder e da necropolítica no território.

3.6. Procedimentos Éticos: O Anonimato Como Salvaguarda em Zona de Medo

A condução desta pesquisa observa rigorosamente os princípios éticos estabelecidos pelas normativas brasileiras, como a Resolução CNS nº 466/2012 e o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2011). No entanto, em um contexto marcado pela necropolítica e pela impunidade histórica na região de fronteira, o anonimato dos interlocutores não é compreendido como mera formalidade burocrática, mas como uma

salvaguarda metodológica essencial em uma zona de medo. A garantia de não identificação, formalizada pelo Consentimento Livre e Esclarecido e pela supressão de elementos que possibilitem o reconhecimento dos sujeitos, constitui uma prática de descolonização ética. Ao proteger quem fala, o pesquisador assegura a sobrevivência do contra-arquivo, permitindo que verdades interditas pela coerção silenciosa possam emergir, transformando o silêncio da identidade na condição de possibilidade para a voz do testemunho.

A interpretação do *corpus* empírico fundamenta-se na Análise Qualitativa (BRAUN; CLARKE, 2006), sendo conduzida por um esforço analítico que articula o arcabouço teórico-conceitual às evidências colhidas no campo e nos arquivos. Esta análise busca decifrar as camadas de significados subjacentes ao assassinato de Dorcelina Folador por meio de dimensões interdependentes. Sob a ótica da Colonialidade do Poder de Quijano (2005) e da Necropolítica de Mbembe (2018), investiga-se como a dinâmica de poder em Mato Grosso do Sul opera a gestão da morte, onde redes de mando locais decidem quais corpos são matáveis para a manutenção do *status quo* oligárquico. Simultaneamente, utilizam-se as categorias de Patriarcado e Mandato de Masculinidade de Rita Segato para compreender o crime como uma pedagogia da crueldade, destinada a punir o corpo feminino transgressor e restaurar a ordem de gênero desafiada pela agência política de Dorcelina.

Essa análise dedica-se também à disputa entre o “dito oficial” de Mariza Peirano (2002), presente nos autos judiciais, e o contra-arquivo das memórias orais. O conceito de Violência Simbólica de Bourdieu permite compreender como o gênero foi sistematicamente apagado tanto na cobertura de jornais nacionais, como a Folha de S.Paulo, quanto na imprensa regional, a exemplo do Correio do Estado. A análise culmina na discussão sobre as Vidas Lutuosas de Judith Butler, confrontando o silenciamento histórico de 1999 com o marco de justiça alcançado em fevereiro de 2026 no caso Marielle Franco. A condenação dos mandantes de Marielle ressignifica o direito ao luto e à memória política, validando a denúncia do feminicídio político como ferramenta de resistência contra a impotência do Direito. Com o percurso analítico estabelecido, a pesquisa avança agora para a interpretação e discussão profunda dos dados empíricos no próximo capítulo.

3.7. Análise: A Aplicação do Conceito de Feminicídio Político

A análise do *corpus* empírico é conduzida por meio de um esforço interpretativo de natureza qualitativa (BRAUN; CLARKE, 2006), filtrado pelo arcabouço teórico-conceitual apresentado anteriormente e orientado pela centralidade do conceito de Feminicídio Político. Mais do que uma mera organização de dados, a análise busca decifrar as camadas de

significados subjacentes ao assassinato de Dorcelina Folador, articulando-se em dimensões interpretativas que se complementam no decorrer desta escrita, em 2026. Inicialmente, a investigação debruça-se sobre uma dimensão estrutural e sistêmica, fundamentada na Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano (2005) e na Necropolítica de Achille Mbembe (2018). Sob essa ótica, o crime é lido como um mecanismo de gestão da morte em territórios de fronteira, onde redes de mando locais e heranças oligárquicas decidem quais corpos são passíveis de eliminação para a manutenção de uma soberania territorial que desafia a legalidade democrática.

Simultaneamente, a análise incorpora uma dimensão de gênero e agência, enfocando as estruturas do patriarcado e o conceito de Mandato de Masculinidade proposto por Rita Segato (2016). Essa lente permite compreender o assassinato como uma "pedagogia da crueldade", destinada a punir o corpo da líder transgressora e restaurar uma ordem de gênero que foi ferida pela ocupação feminina do espaço de poder. A vulnerabilidade de Dorcelina é, assim, analisada à luz da precariedade das vidas que Judith Butler (2011) define como alvos de uma violência que o Estado falha em proteger, transformando o atentado contra a prefeita em uma mensagem de controle direcionada a todas as mulheres que ousam desafiar as estruturas hegemônicas.

Por fim, a interpretação dedica-se à dimensão da memória e da impunidade, analisando a disputa simbólica entre o "dito oficial" de Mariza Peirano (2002), presente na frieza dos autos, e o contra-arquivo pulsante das memórias orais e militantes. O conceito de Violência Simbólica de Pierre Bourdieu (2000) é fundamental para desvelar como o gênero foi sistematicamente invisibilizado tanto nos processos judiciais quanto na cobertura midiática histórica, operando um apagamento que despolitiza a morte. Essa análise culmina na reflexão sobre a não-enlutabilidade dos corpos dissidentes (BUTLER, 2011), confrontando o silenciamento histórico de 1999 com os marcos de justiça alcançados no presente ano de 2026. A condenação dos mandantes de Marielle Franco, ocorrida nesta semana, serve como o ponto de inflexão que ressignifica o direito ao luto público e valida a tese de que o feminicídio político é um sintoma de uma estrutura colonial-patriarcal persistente. Com este percurso analítico delineado, a pesquisa avança para o Capítulo 4, dedicado à interpretação e discussão aprofundada dos dados empíricos.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO FEMINICÍDIO DE DORCELINA FOLADOR

4.1. A Matriz Do Poder Informal: O Feminicídio Político Como Tecnologia de Poder

O assassinato de Dorcelina Folador só pode ser compreendido plenamente ao aplicar a lente da Antropologia Política, que expande o conceito do “político” para além das instituições formais do Estado. Essa abordagem permite interpretar o crime não como um evento isolado ou desviante, mas como uma tecnologia de poder — termo aqui empregado em diálogo com a perspectiva foucaultiana e as releituras de Teresa de Lauretis (1994) sobre as tecnologias do gênero. Trata-se de uma ação racionalmente calculada e orientada à manutenção de uma ordem social hierárquica profundamente marcada pela colonialidade e pelo patriarcado.

Em consonância com o arcabouço decolonial, especialmente a partir das contribuições de Lorena Cabnal (2010) e Rita Segato (2016), o corpo de Dorcelina era indissociável do território que ela governava e defendia. Seu assassinato não constituiu apenas um ataque individual, mas uma invasão direta ao Corpo-Território (CABNAL, 2010), entendido como espaço de inscrição de projetos coletivos, memórias e disputas de poder. A prefeita atuava como agente de uma Biopolítica do Cuidado, confrontando frontalmente as economias ilícitas e as redes de corrupção que estruturam o poder informal na região de fronteira.

Nessa perspectiva, o feminicídio político incide sobre um alvo específico: o corpo abjeto, nos termos de Judith Butler (2003), cuja existência e agência desestabilizam a matriz de dominação vigente. Dorcelina, enquanto mulher, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e liderança anticorrupção, encarnava a abjeção frente ao modelo oligárquico e masculinizado de poder local, convertendo-se em ameaça existencial à ordem estabelecida.

O caso revela, ainda, a ambivalência estrutural do Estado, que não atua apenas como garantidor da ordem legal, mas como coprodutor da ordem patriarcal e colonial. A violência não se configurou como um ato formal de Estado, mas como prática política informal executada por pistoleiros e milícias, expressando o que Rita Segato (2016) denomina Patriarcado de Alta Intensidade. Trata-se de uma estratégia que mobiliza instrumentos da esfera privada para alcançar efeitos públicos de silenciamento e controle político. A morosidade investigativa, a inação estatal e a violência simbólica operada no campo midiático consolidaram o feminicídio político como um feminicídio de Estado, conforme a

formulação de Marcela Lagarde (2004). Ao falhar em impor a justiça formal, o Estado reforçou a soberania paralela das “máfias da fronteira”, permitindo que o objetivo necropolítico de apagamento político fosse parcialmente alcançado.

Paradoxalmente, a violência extrema produziu um efeito não previsto por seus mandantes. Se o feminicídio político foi planejado como uma tecnologia de silenciamento definitivo, a resposta popular imediata e massiva operou uma subversão desse veredito necropolítico. Ao ocupar as ruas e transformar o enterro em ato político, a comunidade de Mundo Novo e os movimentos sociais negaram o apagamento pretendido, afirmando o legado de Dorcelina como uma presença política inegociável. Como se observa também no desfecho do caso Marielle em 2026, a tentativa de “eliminar o corpo” acaba por “multiplicar a voz”, transformando o luto privado em uma ferramenta de mobilização democrática que desafia a pedagogia da crueldade e reinstala a agência da líder assassinada no centro da disputa pelo futuro do território.

4.2. O Contra-Discurso da Comunidade: Afirmando o Luto Político

A tentativa necropolítica (MBEMBE, 2018) de esvaziar o sentido da morte de Dorcelina Folador foi confrontada por uma rejeição imediata e poderosa por parte da comunidade de Mundo Novo, que transmutou a dor coletiva em um ato potente de resistência. Essa negação performativa da não-enlutabilidade, conceito central em Judith Butler (2011), manifestou-se inicialmente por meio de um luto público massivo, que demonstrou ser a vida da prefeita profundamente valorizada pelo tecido social. Em uma cidade de pequeno porte, a convergência de mais de 14.000 pessoas no velório — conforme registrado pelo Arquivo da Memória Popular — converteu o alto índice de aprovação da gestão em uma ação política de massa, subvertendo o mandato de silêncio que os executores pretendiam impor.

Essa mobilização não apenas conferiu visibilidade ao corpo assassinado, mas forçou um reconhecimento institucional que tensionou a narrativa oficial. A presença de lideranças nacionais, como o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, e o gesto simbólico do governador do Estado ao carregar o caixão, elevaram o crime ao status de questão nacional. Tal reconhecimento opera o que Mariza Peirano (2002) denomina como o “Dito”: um ato de fala oficial que, ao conferir solenidade ao luto, reconhece a gravidade política do ocorrido e pressiona o sistema jurídico por respostas que o poder informal tentava interditar.

A resposta da comunidade consolidou-se, por fim, na demanda explícita pela continuidade do projeto político de Dorcelina. Durante a posse do vice-prefeito, a exigência

popular pela manutenção das políticas anticorrupção revelou que a agência política da prefeita havia se tornado indissociável da identidade local. O forte contraste entre os objetivos dos mandantes, pautados no estabelecimento do medo e do apagamento, e a reação da população, pautada na voz e na memória, revela uma falha na tecnologia de silenciamento. Ao transformar o luto privado em um luto político e público, Mundo Novo declarou que a existência de Dorcelina permaneceria como um território de resistência, reafirmando que a soberania da memória pode, em momentos de ruptura, desafiar a soberania da morte.

4.3. O Segundo Ataque: Violência Simbólica e a Batalha pelo Significado

Uma vez que a violência direta falhou em silenciar o legado de Dorcelina Folador diante da mobilização popular, as estruturas de poder locais recorreram à Violência Simbólica, conforme formulada por Pierre Bourdieu (2000). Este constituiu o segundo ataque, mais insidioso e duradouro, cujo objetivo foi manipular as narrativas para impor uma visão de mundo despolitizada sobre o crime. A análise minuciosa dos arquivos judiciais e midiáticos revela a operação performativa de neutralização do assassinato através do conceito de “Dito e Feito” de Mariza Peirano (2002), onde o discurso oficial atua não apenas para relatar, mas para construir uma realidade conveniente aos perpetradores.

O “Dito” burocrático e midiático evidencia que a imprensa regional, operando sob a lógica do coronelismo eletrônico, implantou táticas deliberadas para deslocar o crime da esfera pública da luta política para a dimensão privada do conflito interpessoal. Este processo de “assassinato narrativo” manifestou-se na fabricação de suspeitas infundadas sobre o marido da prefeita e na criação de um motivo financeiro fictício, centrado em uma suposta apólice de seguro “milionária”. Embora tais alegações tenham sido formalmente desacreditadas nas etapas posteriores do processo, elas cumpriram seu papel imediato de manchar a imagem da vítima e de sua rede de apoio. Conforme observa Victor Nunes Leal (1997) em sua obra clássica sobre o coronelismo, as características autoritárias das elites locais adaptaram-se às novas tecnologias de comunicação, onde a mídia privada atua como uma extensão do poder oligárquico (SANTOS, 2007) para garantir a dominação ideológica e a manutenção das hierarquias.

Ao veicular com destaque a hipótese de “crime passional”, a imprensa não apenas despolitizou o feminicídio, mas operou como um mecanismo de impunidade indireta para proteger as chamadas “Máfias da Fronteira” de qualquer responsabilização política profunda. Esta estratégia reduz o debate à mera disputa pelo poder (MIGUEL, 2002) e esvazia o caráter subversivo da gestão de Dorcelina. O “Feito” da despolitização é, em última instância, a

materialização do apagamento simbólico. Nesse sentido, reclassificar uma líder política como vítima de um crime doméstico é um mecanismo patriarcal clássico para deslegitimar o poder público feminino, anulando o significado político de sua trajetória e morte através de uma Punição Simbólica de Gênero. A aplicação da Etnografia de Arquivo, proposta por Ann Laura Stoler (2009), permitiu identificar que esses enquadramentos não foram erros jornalísticos ou jurídicos, mas escolhas deliberadas de linguagem que buscaram neutralizar a agência da vítima no imaginário social.

Ao confrontar esse histórico com o cenário de fevereiro de 2026, percebe-se que a batalha pelo significado permanece atual. Se em 1999 o sistema tentou reduzir Dorcelina ao âmbito privado, a condenação dos mandantes de Marielle Franco nesta semana reafirma que o assassinato de mulheres no poder é, e sempre será, um fato político de primeira grandeza. O "Dito" de 2026, personificado na sentença que reconhece o feminicídio político, finalmente derrota o "Feito" do apagamento simbólico que tentaram impor a Dorcelina décadas atrás.

4.4. Impunidade como Mecanismo de Colonialidade: O Paralelo Histórico com Marçal de Souza

A análise do caso demonstra que o medo da comunidade de que o assassinato de Dorcelina fosse despolitizado estava enraizado em um padrão histórico de impunidade na região, especificamente o assassinato de 1983 do líder indígena Marçal de Souza. Ambos os assassinatos compartilharam um padrão assustadoramente semelhante de mecanismo recorrente de impunidade: a investigação de um crime político de alto impacto é desviada para o tratamento como crime “passional” ou privado.

Um Padrão de Impunidade: O Caso de Marçal de Souza causou comoção internacional. Ele havia feito “as mesmas denúncias” contra poderosos interesses locais e sofreu um destino semelhante, tanto física quanto simbolicamente. Ambos os líderes estavam lutando contra diferentes manifestações da Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005), as estruturas duradouras de opressão deixadas pelo colonialismo.

Marçal lutou contra o poder do latifúndio, enquanto Dorcelina lutou contra o poder interligado da oligarquia e do patriarcado. A reação aos seus assassinatos revela um mecanismo recorrente de impunidade, como pode ser observado nesta matéria sobre o assassinato.

A trágica simetria entre os casos de Dorcelina Folador e Marçal de Souza atesta, portanto, que a eliminação de líderes que confrontam o poder colonial não é um evento fortuito, mas sim uma estratégia operativa do sistema. Essa recorrência de violência seguida

de impunidade consolida um padrão necropolítico (MBEMBE, 2018), onde a seletividade da morte é utilizada como ferramenta para proteger a integridade da matriz de dominação que sustenta a ordem local.

Figura 6 - Marçal de Souza - Conselho Indigenista/ 1990



Fonte: ABIP- Articulação Dos Povos Indígenas Do Brasil

Marçal de Souza Tupã'i, 35 anos “Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas”. Há 35 anos foi assassinado um dos principais líderes do povo Guarani Ñandeva: Marçal de Souza Tupã'i. Por lutar pelo direito dos indígenas à terra, Marçal foi vítima de uma emboscada no dia 25 de novembro de 1983, no município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Ninguém foi punido. Em Mato Grosso do Sul, onde vivem os Guarani Kaiowá e os Guarani Ñandeva, os conflitos fundiários compõem um quadro de graves violações de direitos humanos, que ganha contornos de genocídio e leva os indígenas a retomar seus territórios – chamados de tekoha. Em discurso histórico ao Papa João Paulo II, em 1980, Tupã'i denunciou: “Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história”. (FONTE: APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL).

Neste cenário, é necessário expandir o paralelo para além da categoria de gênero. Se com Marielle Franco o vínculo se dá pela Violência Política de Gênero, com Marçal de Souza a conexão estabelece-se pelo tipo de liderança transgressora que ambos encarnavam. Marçal, Dorcelina e Marielle representam figuras que operam nas franjas do sistema, vocalizando as

demandas de corpos que a colonialidade insiste em manter subalternizados — sejam eles indígenas, sem-terra ou negros e LGBTQIA+. A luta de Dorcelina contra a corrupção e a de Marçal contra o latifúndio são faces da mesma resistência contra estruturas duradouras de poder. Assim, o reconhecimento jurídico tardio e a luta por memória em 2026 não são apenas buscas por justiça individual, mas tentativas de romper com um ciclo secular de impunidade que tenta, sem sucesso, enterrar junto com esses corpos os projetos de libertação que eles representavam.

4.5. O Crime Como Texto e Comunicação: Decodificando a Mensagem Necropolítica

Para aprofundar a análise, esta pesquisa propõe ler o assassinato de Dorcelina Folador como um sistema de comunicação e violência política, operando a decodificação dos detalhes do ato como elementos de uma narrativa brutal. O crime não é enquadrado como um evento aleatório, mas como uma mensagem escrita em uma linguagem específica de poder, conforme as premissas da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz (2008) e da crítica comunicativa de Mariza Peirano (2002) e Rita Segato (2016). A premissa central é que a violência extrema configura-se como uma performance social; portanto, para ler o assassinato como um texto, aplica-se a Descrição Densa aos seus detalhes: o método da execução, a escolha do lugar — sua própria residência, espaço de intimidade e proteção —, a identidade da vítima e o perfil dos executores. Este conjunto revela um significado que transcende o ato físico, expondo as entrelinhas de uma estrutura que se comunica através do sangue.

O assassinato não representou um ato isolado, mas o clímax de uma campanha contínua de violência de gênero e política. Nesse sentido, a tese central é que a violência operou como um dispositivo necropolítico (MBEMBE, 2018) que, na prática, afirmou que o corpo de Dorcelina era “matável” por desafiar as fronteiras do permitido. O objetivo final dessa mensagem era uma tentativa de recolonizar o poder, ou seja, retomar o território político da prefeitura para preservar os privilégios de uma oligarquia corrupta e as bases do patriarcado local. A leitura do crime revela uma motivação intrinsecamente dupla, que eleva o episódio de um homicídio comum para um ato de significado sistêmico. Primeiramente, o ato deve ser lido como um feminicídio político: Dorcelina foi morta não apenas pelo que fez — governar contra a corrupção e denunciar redes criminosas —, mas fundamentalmente por quem ela era. Sua presença como uma mulher autônoma no topo da hierarquia municipal constituía, por si só, uma afronta ao patriarcado enraizado na região.

Em segundo lugar, conforme as formulações de Rita Segato (2016), essa violência foi concebida como uma Lição Pública de Gênero, brutal e comunicativa, destinada a demonstrar as consequências para aquelas que desafiam a ordem estabelecida, buscando restaurar a hierarquia através do terror. Finalmente, o conceito de necropolítica permite enxergar o assassinato como um Ato de Soberania Paralela, no qual uma estrutura de poder à margem da lei decidiu que uma prefeita eleita democraticamente não possuía o direito de existir na esfera política. A leitura do crime revela, portanto, que essa motivação dupla se funde em uma estratégia única de dominação: a eliminação física de Dorcelina Folador como condição necessária para garantir a perpetuação da impunidade estrutural e a soberania das máfias da fronteira. Como se confirmou no julgamento histórico de fevereiro de 2026, o crime político contra mulheres líderes é a tentativa final do patriarcado de editar, à força, a gramática da democracia.

4.6. Conclusão da Análise: O Poder Duradouro da Memória Coletiva (Corpo-Território)

O assassinato de Dorcelina Folador foi um ato necropolítico destinado a provar que sua vida era descartável e seu projeto político havia terminado. No entanto, o povo de Mundo Novo rejeitou essa narrativa. Eles transformaram um ato de terror em um testemunho de sua Biopolítica do Cuidado. A resposta da comunidade foi um ato de preservação do legado de Dorcelina contra um sistema de necropolítica que buscava apagá-lo. Ao garantir que ela fosse lembrada como uma mártir em uma luta pública contínua, a comunidade efetivamente reivindicou o seu Corpo-Território Político (SEGATO, 2016), que a violência buscava aniquilar. A luta final, travada no reino da memória pública, foi uma vitória contra o silenciamento.

A profundidade da violência aplicada só pode ser compreendida pela análise da ruptura histórica que a presença de Dorcelina no poder representava, configurando um campo de forças conflitantes: de um lado, a força da mudança encarnada por Dorcelina Folador; de outro, a ordem estabelecida dos perpetradores.

A presença de Dorcelina no poder era, portanto, um desafio de gênero e classe que culminou na violência. A ascensão de uma mulher ativista, com raízes no Movimento Sem Terra (MST), ao cargo mais alto da cidade foi uma afronta direta à ordem oligárquica e patriarcal estabelecida. Seu projeto de “limpeza geral” e a ação de dar “nome aos bois” em suas denúncias transformaram sua presença em uma ameaça sistêmica e perigosa para os

interesses consolidados na região de fronteira. Consequentemente, o assassinato, na leitura da análise, é a resposta extrema e sistêmica gerada por essa ruptura.

4.7. A Resposta Comunitária: O Luto Coletivo Como Contra-Discurso Performativo

O assassinato de Dorcelina, concebido como um ato de Necropolítica, destinado ao silêncio e ao terror, encontrou sua negação imediata na mobilização popular de Mundo Novo. A resposta da comunidade transformou a dor individual em uma declaração política coletiva, revertendo a mensagem pretendida pelos assassinos. Esta mobilização funciona como o contra-discurso performativo que refuta o “Feito da Despolitização” (PEIRANO, 2002), provando que a vida de Dorcelina era, de fato, profundamente enlutável (BUTLER, 2011).

4.8. O Luto Massivo e a Afirmação do Legado (O Arquivo da Memória Viva)

A resposta da comunidade de Mundo Novo materializou-se em uma exibição avassaladora e politicamente carregada de luto, constituindo o que podemos chamar de um Arquivo da Memória Viva que passou a disputar o registro oficial dos fatos. O luto público massivo foi a primeira e mais contundente manifestação dessa resistência, com a presença de mais de 14.000 pessoas em uma cidade que, à época, contava com cerca de 17.000 habitantes. Esse dado estatístico não é apenas um número, mas a evidência antropológica de uma negação coletiva do veredito necropolítico. A esse fato somou-se uma solidariedade política de alto nível, evidenciada pela presença de líderes nacionais, como Luiz Inácio Lula da Silva, cujo ato simbólico de carregar o caixão forçou o reconhecimento institucional da gravidade política do crime.

Essa mobilização não se encerrou no sepultamento; a demanda por continuidade expressou-se vigorosamente nas manifestações durante a posse do vice-prefeito, onde a população exigiu a manutenção rigorosa dos projetos anticorrupção iniciados por Dorcelina. Em suma, o discurso do “Nós Somos Dorcelina” — sintetizado na frase de resistência: “Não adianta matar a Dorcelina; podem descobrir que ela vive em milhares e milhares de trabalhadores” — demonstra que a tentativa de eliminação física falhou em sua dimensão simbólica. Conforme a perspectiva de Rita Segato (2016), ao ser incorporada pela memória coletiva, Dorcelina deixa de ser um alvo individual para se tornar um corpo-território político expandido, reafirmando que a soberania da memória é capaz de transfigurar o trauma em uma força de luta permanente.

Figura 7 - Sepultamento de Dorcelina Folador
Novembro de 1999



Fonte: Jornal do PT/ 1999

A mobilização não foi um evento isolado, mas se estendeu, criando um legado de resistência que persiste no presente. A Canonização Política se concretiza à medida que o MST mantém o nome de Dorcelina em acampamentos e escolas, transformando-a em uma “santa” popular, com relatos de milagres. Esta transfiguração simbólica é a forma final de negação da, que buscava tornar sua vida descartável.

Figura 8 - Centro De Convivência Dorcelina Folador- Dourados/MS



Fonte: Foto de Rodrigo Pirola/Assecom

4.9. Vozes da Colonialidade e o Trauma da Fronteira

Adentrando a análise etnográfica, este ponto incorpora as vozes da pesquisa de campo, para cumprir o compromisso ético de segurança e proteger os interlocutores de qualquer retaliação, utilizamos pseudônimos. Os depoimentos a seguir demonstram como o medo, a colonialidade do poder e o trauma se manifestam no cotidiano, sendo o medo a evidência de que a violência, como ato de necropolítica, atinge o tecido social de forma abrupta e traumática.

O morador Jaspe descreve o momento do assassinato como a ruptura imediata da ordem comunitária:

“Eu era um jovem de dezoito anos, era sábado à noite, quase meia-noite, estava tendo uma quermesse no salão paroquial. De repente, a música parou. . . houve um silêncio, depois um corre-corre. Achei que fosse briga de bêbado, mas não, começaram a gritar: mataram a prefeita! Fiquei paralisado, com medo, achei que era um sonho, ou melhor, um pesadelo, não estava acreditando naquilo. . . corri para casa. Não dormi, passei a noite em claro. . .” (JASPE, entrevista, junho de 2025).

Este relato do silêncio seguido pelo pânico demonstra a eficácia da violência como lição pública e a interrupção abrupta da vida comunitária. Além disso, o trauma imediato se prolonga na percepção de que as estruturas que viabilizaram o feminicídio continuam ativas.

O interlocutor Quartzo, de prestígio profissional, detalha a anatomia da Colonialidade do Poder que opera no município, onde o Estado é capturado por redes clientelistas. Seu depoimento estabelece a motivação complexa, ligando o assassinato à eliminação de um corpo-território insurgente que ameaçava o capital político e ilícito transfronteiriço:

“Olha, o que aconteceu com a Dorcelina não é coisa do passado. A gente vê até hoje a persistência das práticas antigas, o que chamamos aqui de ‘coronelismo maquiado’. O poder informal ainda governa Mundo Novo. As redes clientelistas continuam ativas, com esquemas como a emissão de títulos eleitorais para ‘brasiguaios’ e o uso da rede pública de saúde para troca de favores eleitorais e manipulação de votos. O crime contra a prefeita não foi só por ela ter cortado o básico da corrupção; havia outros aspectos mais profundos que ela havia descoberto. É sabido que ela estava ligada no fio de economias ilegais muito maiores, transnacionais, que passaram por aqui. Foi uma ameaça às estruturas que controlam a capital e a fronteira, e por isso ela teve que ser eliminada. E o pior de tudo é que, no final das contas, a gente sabe que a impunidade aqui sempre dá um jeito. Eles tentam voltar, tentam aparecer, parece que a justiça nunca é completa. A eliminação dela foi uma garantia de que o esquema continuaria intacto, e o medo que sentimos ao falar disso prova que eles venceram, pelo menos em parte.” (QUARTZO, entrevista, junho de 2025).

4.10. A Etnografia do Invisível: O Medo como Dado Empírico

Para além do conteúdo das falas, a experiência de campo revelou uma dimensão sensorial e performática do medo que ainda estrutura a vida social em Mundo Novo. Durante as entrevistas, observou-se um padrão sistemático de comportamento: o rebaixamento drástico do tom de voz ao mencionar nomes de figuras políticas ou detalhes do crime,

acompanhado de olhares furtivos e constantes para os lados, como se o espaço privado da entrevista estivesse sendo permanentemente vigiado por uma presença invisível.

Esse olhar para os lados não é uma paranoia individual, mas um dado etnográfico que materializa a eficácia da violência política como tecnologia de controle de longa duração. Como propõe Rita Segato (2016), o feminicídio político de Dorcelina instalou uma pedagogia da crueldade que não termina com o disparo da arma, mas que se perpetua na disciplina dos corpos e na autocensura da fala. O medo, portanto, não foi apenas um obstáculo à pesquisa, mas um achado empírico central, ele prova que a soberania das Máfias da Fronteira e a memória do trauma continuam a exercer um poder de veto sobre o que pode ser dito em voz alta, transformando o ato de pesquisar em um exercício de escuta dos silêncios e das precauções corporais de quem resiste ao esquecimento.

4.11. A Encarnação da Luta: O Gabinete como Extensão do Barraco

Figura 9 - Acampamento de luta por reforma agrária



Fonte: Jornal do PT/ Mundo Novo-1997

A ameaça que Dorcelina representava era indissociável de sua identidade e de seu método de governo, que subvertia a estética do poder tradicional. A interlocutora Rosa (2025) destaca essa continuidade entre a militância e o exercício do mandato, pontuando que a prefeitura não era um espaço de isolamento, mas uma zona de contato direto:

“A prefeita Dorcelina era a mesma Dorcelina da Pastoral da Juventude, a mesma que lutava no Movimento Sem Terra, e ela não se fechava no gabinete, a prefeitura era a extensão do barraco de luta, você via ela na rua, no posto de saúde, na escola, conversando com o povo, olhando olho no olho. . . Ela tinha uma deficiência na perna, mas isso nunca a parou. Pelo contrário, parecia que lhe dava ainda mais garra. Ela dizia : Não podemos afrouxar o garrão.” (ROSA, entrevista, julho de 2025).

Esta resistência e a rejeição ao poder de gabinete culminaram no ato de feminicídio político, assim a interlocutora Safira resume a dimensão do crime e seu impacto duradouro como símbolo:

“A Dorcelina nos ensinou que a política não é feita de cima para baixo, ela fazia o arroz e o feijão, mas com o tempero da ética. O que fizeram com Dorcelina foi uma tentativa de calar a voz de uma mulher pobre, com deficiência e que ousou ser prefeita. Foi uma violência política brutal. Mas o tiro não calou o exemplo, hoje ela é símbolo de resistência para todas as mulheres que enfrentam o machismo e a corrupção para fazer uma política séria.” (SAFIRA, entrevista, junho de 2025).

Para a análise antropológica, é imperativo registrar que a colheita desses depoimentos revelou uma dimensão sensorial do medo que ainda satura o cotidiano de Mundo Novo. Durante as entrevistas, as falas de Rosa e Safira — embora carregadas de admiração — eram proferidas em um tom de voz significativamente baixo, quase um sussurro, acompanhadas de olhares vigilantes e furtivos para os lados. Essa performance do segredo, observada em campo, funciona como um dado empírico da Pedagogia da Crueldade (SEGATO, 2016), o crime de 1999 ainda regula os corpos e as vozes no presente, exigindo que a memória seja transmitida com cautela.

O olhar para os lados dos interlocutores é o registro vivo de que a soberania informal ainda é sentida como uma presença vigilante. Percebe-se, assim, que a violência buscou silenciar a voz e aniquilar o corpo insurgente, mas a comunidade transmutou esse silêncio imposto em uma estratégia de preservação. O luto transformado em afirmação e o cuidado no ato de narrar constituem-se no dado empírico mais potente da eficácia da memória contra a necropolítica: a voz de Dorcelina sobrevive no sussurro vigilante de quem se recusa ao esquecimento.

4.12. Leitura Contínua: O Ato de Lembrar Como Resistência no Presente

O “texto de um crime” não termina com o ato, mas permanece em constante disputa. A análise ressalta que o ato de lembrar e narrar a história de Dorcelina constitui uma forma poderosa de resistência no presente, especialmente em cenários de impunidade estrutural. A vitalidade dessa memória manifestou-se de forma contundente em março de 2025, diante da tentativa de nomeação do mandante do crime para um cargo na mesma prefeitura que

Dorcelina governou. Esse evento não foi apenas um ato administrativo, mas uma tentativa de reabilitar e normalizar o crime, configurando um novo ataque de violência simbólica (BOURDIEU, 2000) operado pelo "Feito" burocrático.

A reação pública foi tão imediata e viva que forçou a demissão do nomeado, provando que a memória de Dorcelina atua como um arquivo político ativo que veta a normalização da barbárie. A dor da filha, Jéssica Folador, ao declarar em entrevista ao portal Campo Grande News (2025) que a nomeação parecia estar “matando ela de novo e pisando na sua memória”, captura a essência da luta incessante contra o apagamento. Essa fala sintetiza o trauma da re-vitimização e a força da memória que se opõe à recolonização do poder. A trajetória póstuma de Dorcelina revela-se, assim, como o campo de batalha final, onde o poder tenta impor o esquecimento, a resistência social insiste na lembrança, transformando o crime em um catalisador permanente contra a violência política de gênero no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Feminicídio Político como Fronteira da Democracia Brasileira

A presente pesquisa propôs uma leitura “contra o grão” do assassinato de Dorcelina Folador, desarticulando a narrativa oficial de crime político genérico para revelar as camadas de violência de gênero e poder necropolítico que o estruturaram. Em consonância com a metodologia crítica de Walter Benjamin (2006), que exige resgatar a história “a contrapelo” para dar voz aos vencidos, esta análise fundamentou-se na etnografia e na descrição densa (GEERTZ, 2008) para compreender como a eficácia do poder informal buscou silenciar a resistência.

Os achados deste estudo permitem concluir, primeiramente, que o crime operou como um feminicídio político e uma lição pública. Dorcelina foi morta não apenas por sua gestão técnica, mas por sua identidade: uma mulher ativista do MST no topo de uma hierarquia patriarcal-oligárquica. Como atestou a interlocutora Safira, tentou-se calar a voz de quem "ousou ser prefeita" com o "tempero da ética". Sob a lente de Rita Segato (2016), a violência foi uma performance comunicativa destinada a restaurar a ordem social rompida por uma insurgência feminina e popular.

Ademais, a soberania paralela manifestou-se como um ato de necropolítica (MBEMBE, 2018) a serviço da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). O consórcio entre latifúndio e as máfias da fronteira decidiu que o corpo de Dorcelina era matável para garantir

a manutenção de economias ilícitas transnacionais, conforme detalhado pelo interlocutor Quartzo. Esse processo foi blindado pela violência simbólica (BOURDIEU, 2000) e pelo coronelismo eletrônico, onde a mídia atuou como extensão do poder oligárquico (LIMA, 2015) para fabricar suspeitas e desviar o foco da investigação política.

Entretanto, a contribuição central desta dissertação reside na prova da eficácia da resistência. A mobilização popular de mais de 14 mil pessoas e o relato de Jaspe sobre a ruptura traumática do silêncio operaram uma negação performativa da não-enlutabilidade (BUTLER, 2011). O modo petista de governar de Dorcelina provou ser uma ameaça existencial à velha guarda por demonstrar a viabilidade da transparência, transformando a prefeitura em uma extensão do barraco de luta.

O medo, embora consolidado como um dado etnográfico da pedagogia da crueldade, encontrou seu contraponto na transfiguração da memória. A canonização política de Dorcelina pelo MST e a defesa contínua de seu legado mostram que, se o corpo foi assassinado, o projeto político tornou-se um "farol de esperança". A recente reação social contra a nomeação do mandante do crime em 2025 prova que a memória coletiva é o campo de batalha final onde a impunidade estrutural é desafiada.

Ao mobilizar as lentes de Mbembe e Segato, esta pesquisa expôs a lógica de descarte que estrutura o poder na fronteira brasileira. A violência letal contra Dorcelina funcionou como um texto de poder que buscava disciplinar o corpo político das mulheres. Esta "Antropologia do Femicídio Político" não se encerra com um ponto final, mas com uma agenda de urgência: a construção de novas gramáticas políticas onde a vida seja o princípio organizador. As lutas por justiça em Mundo Novo/MS comprovam que a resistência à necropolítica é um ato de biopolítica insurgente. A memória de Dorcelina Folador renova-se a cada grito por justiça e, simbolicamente, na cor e na força da bandeira vermelha que se mantém hasteada no horizonte da luta pela terra, provando que a potência da vida insiste em florescer mesmo no chão árido da fronteira.

Por fim, o percurso etnográfico reafirma que o silêncio e o medo, observados na cautela das vozes que sussurram e nos olhares vigilantes que acompanharam cada entrevista em 2025, não são ausências de dados, mas sim a prova viva da permanência da estrutura que vitimou Dorcelina. Esse 'olhar para os lados' dos sobreviventes é o registro corporal de uma fronteira onde o poder ainda se exerce pelo trauma. Contudo, ao transformar esses sussurros em escrita acadêmica e o luto em denúncia, esta dissertação cumpre seu papel de registrar que a agência política de Dorcelina Folador transbordou os limites do gabinete para se tornar um território de memória inexpugnável. No chão da fronteira, onde a violência buscou o

apagamento, a resistência insiste no florescer; a memória de Dorcelina, portanto, não repousa em um processo arquivado, mas pulsa em cada gesto de cuidado e em cada voz que, mesmo baixa, recusa-se a silenciar diante da tirania do esquecimento.

Figura 10- Bandeira do Movimento dos Trabalhadores sem Terra



Fonte: O MST

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1988.
- BENTO, Berenice. **A reengenharia corporal da travestilidade**: a potência do corpo desviante na política contemporânea. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. [Lei Maria da Penha]. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 fev. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848... para prever o feminicídio como circunstância qualificadora... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos**: Ano 2001. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministra Cármen Lúcia manifesta voto em julgamento sobre o caso Marielle Franco**. Brasília: STF, fev. 2026.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMPO GRANDE NEWS. “Pisando na memória dela”: Filha de Dorcelina reage à volta de assassino. **Campo Grande News**, Campo Grande, 7 mar. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FOLHA DE S. PAULO. Prefeita era ameaçada de morte há dois anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 nov. 1999a.
- FOLHA DE S. PAULO. Mundo Novo vive clima de tensão após morte de prefeita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1999b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- JUSTIÇA GLOBAL. **Execuções Sumárias no Brasil (1997-2003)**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, Venício A. de. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: Ed. UnB, 2015.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um novo conceito. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MIRANDA, Guilherme Luis General. **A violência de gênero na trajetória de Dorcelina Folador, prefeita assassinada em Mundo Novo (MS)**. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Assassinato de Dorcelina Folador completa 25 anos**. Página do MST, 30 out. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/dorcelina-folador-presente/>. Acesso em: 15 maio 2024.
- OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA (UFMS). **Painel Mulheres em Evidência**. Campo Grande: Observatório da Cidadania de Mato Grosso do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://observatoriodacidadania.ufms.br/mulheres-em-evidencia/>. Acesso em: 05 fev. 2025.
- PEIRANO, Marisa. **A teoria antropológica e seus arquivos**. Brasília: EdUnB, 2006.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PROJETO DE LEI (MS) nº 102, de 30 de abril de 2025. Institui o Observatório da Violência Política Digital contra Mulheres por Razões de Gênero ou Raça... Autora: Dep. Gleice Jane. **Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul**.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RODRIGUES, José Carlos Matos. **O corpo na cidade: uma antropologia da comunicação e do espaço urbano**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 265-283, maio/ago. 2006.
- SEGATO, Rita Laura. **A guerra contra as mulheres: afroperspectivas**. Salvador: Ômnira, 2016.
- SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogias da crueldade**. São Paulo: Editora UnB, 2018.
- SILVA, Vilma Fátima de Carvalho Ângelo da. **Dorcelina Folador: a prefeita assassinada por defender a moralidade da administração pública**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005.
- STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- WAINER, João. Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 nov. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199902.htm>. Acesso em: 9 mar. 2025.